



Ministério de Minas e Energia

Abastecimento de Energia Elétrica
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Álcool Combustível
Atuação Internacional na Área de Petróleo
Brasil com Todo Gás
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis
Eficiência Energética
Energia Alternativa Renovável
Energia na Região Nordeste
Energia na Região Norte
Energia na Região Sul
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste
Energia nos Sistemas Isolados
Geologia do Brasil
Gestão da Política de Energia
Gestão da Política Mineral
Indústria Petroquímica
Luz para Todos
Mineração e Desenvolvimento Sustentável
Oferta de Petróleo e Gás Natural
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica
Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível
Refino de Petróleo
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para o Ministério de Minas e Energia (MME), foram utilizados R\$ 27,1 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 36.263.631.622,00	Realizado orçamentário¹:	R\$ 26.913.784.584,00
Recursos não orçamentários previstos:	R\$ 11.707.265.314,00	Realizado não orçamentário:	R\$ 191.555.675,20
Total previsto:	R\$ 47.970.896.936,00	Total realizado:	R\$ 27.105.340.259,20

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 47,9 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 27,7 milhões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério de Minas e Energia em 2005 a serem destacados foram:

- Luz para Todos. No exercício de 2005 foram assinados 34 contratos entre o Governo Federal (Eletrobrás) e os Agentes Executores para a realização das obras de Eletrificação Rural, totalizando 92 contratos assinados desde 2004. Estes contratos possibilitaram o atendimento de 448.567 domicílios até dezembro de 2005, sendo que 378.568 somente em 2005, beneficiando 2.242.835 pessoas, gerando mais de 95 mil empregos.
- Leilões. Foi realizado o primeiro leilão de energia dentro da nova regulamentação do setor elétrico. O leilão, realizado em dezembro de 2005, incluiu 13 empreendimentos de geração. Destaca-se a diversidade das fontes de geração, com projetos de hidroeletricidade, termoeletricidade a carvão mineral e biomassa, entre outras. A potência instalada dos empreendimentos totalizou 1.380 MW. Também foram autorizados 1.357 MW de potência em novos projetos de geração e outras regularizações. Em novembro de 2005 foi realizado o leilão de 3.055 km de linhas de transmissão e de subestações associadas. Os lotes leiloados representam investimentos de R\$ 2,8 bilhões e a criação de 8.800 empregos diretos, aproximadamente.
- Eficiência Energética. Economia de energia elétrica: 2500 GWh. Esta economia foi alcançada por meio do Programa Nacional de Conservação de Eletricidade (PROCEL), cujas ações abrangem iluminação pública, indústrias, etiquetagem, Selo PROCEL, educação e gestão energética municipal, entre outras.

¹ A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

- Economia de derivados de petróleo. Foram economizados 290 milhões de litros de óleo diesel. Esta economia foi alcançada por meio das ações de conservação de derivados do petróleo e gás natural junto aos setores de transportes, educação e etiquetagem, por meio do Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET).
- Eficiência na iluminação pública. Foram atendidos 229 novos Municípios por meio de programas de iluminação pública eficiente no âmbito do Programa RELUZ.
- Sétima Rodada de Licitações de Bloco. Foram oferecidos 1.134 blocos com risco exploratório e 17 blocos contendo áreas inativas com acumulações marginais, sendo 267 arrematados por 41 empresas. A arrecadação de bônus foi recorde, atingindo R\$ 1.088.848.604,00.
- Implantação do Pólo Gás-Químico no Rio de Janeiro. Localizada em Duque de Caxias (Baixada Fluminense), a Rio Polímeros S.A. (Riopol) iniciou suas operações em novembro, tendo como matérias-primas o etano e propano extraídos do gás natural da Bacia de Campos. A Riopol tem capacidade para produzir 540 mil toneladas de polietilenos e 75 mil toneladas de propeno por ano. Em 2005, a Petroquisa aportou R\$ 57 milhões ao projeto. O investimento total realizado para o empreendimento foi de R\$ 3,3 bilhões.
- Crescimento da Produção Nacional de Petróleo. O crescimento da produção nacional de petróleo em 2005 deixou o país próximo da auto-suficiência. A Petrobras produziu 1 milhão 684 mil barris por dia (bpd) de óleo, gás natural líquido e condensado no Brasil. Em relação ao 1 milhão 493 mil bpd de 2004, o aumento foi de 12,8%.
- Reserva Provada no Brasil. As reservas provadas de óleo, condensado e gás natural da PETROBRAS no Brasil alcançaram 13,232 bilhões de barris de óleo equivalente (boe) pelo critério ANP/SPE, registrando aumento de 1,6% em relação a 2004. Durante o ano, foram incorporados 882 milhões de boe às reservas, enquanto o volume produzido foi de 673 milhões de boe. Com isso, o índice de reposição de reservas provadas (IRR) chegou a 131,1 %. A relação reserva/produção (R/P) é de 19,7 anos.
- Crescimento do setor de mineração. O setor mineral apresentou índices de crescimento do valor da produção da ordem de 11,4% em 2004 e de 19,2% em 2005, em relação ao exercício de 2003. Houve um expressivo aumento na arrecadação da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral), que alçou ao valor de R\$ 406 milhões, apresentando uma evolução da ordem de 24,52% em relação a 2004. A arrecadação da Taxa Anual por Hectare (TAH) atingiu a cifra de R\$ 39,2 milhões (equivalente a 32,9 milhões de hectares outorgados), revelando um crescimento da ordem de 70% em relação ao período anterior. Tal resultado tornou-se possível, principalmente, por força do reajuste no valor da taxa, que esteve congelado por mais de oito anos, mas também em decorrência do aumento da superfície onerada e da melhoria dos procedimentos de controle, decorrentes da implantação de sistemas informatizados, permitindo aplicar sanções aos devedores e diminuindo o nível de inadimplência.

ASPECTOS RELEVANTES

O contingenciamento orçamentário e financeiro imposto no decorrer do ano impossibilitou a execução adequada de diversos programas, uma vez que algumas atividades deixaram de ser executadas. Mesmo havendo liberação de recursos

adicionais ao final do ano, os prazos já não permitiam que todas as atividades previstas fossem retomadas, o que causou descumprimento de metas físicas.

O cronograma de liberação quadrimestral dificulta o planejamento e a realização de licitações, visto que o órgão fica impedido de adiantar seus procedimentos de contratação, pois dependerá da liberação dos limites do último quadrimestre para o prévio empenho, inviabilizando muitas ações e comprometendo a execução. Outro problema é a obrigatoriedade de se empenhar despesas de funcionamento de forma integral no início do exercício. O fluxo de cronograma quadrimestral para os demais empenhos leva à paralisação das outras ações que se iniciam somente após a liberação do segundo quadrimestre, a partir de meados do exercício, prejudicando a eficiência e a gestão da organização.

Há problemas de falta de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos aprovados do Congresso Nacional, prejudicando a execução da programação física das ações. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações. Enquanto não houver sintonia entre as diversas etapas do processo, os resultados do programa sofrerão comprometimentos. Este descompasso atinge principalmente as empresas estatais, que atuam no mercado.

Ocorreram dificuldades em licitação e celebração de convênios e alongamento dos prazos de licitações por problemas legais inerentes ao próprio processo. Também foi observada lentidão nas autorizações das licenças ambientais.

As empresas federais de geração e transmissão de energia têm participado dos leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, entretanto, nos casos em que saem vencedoras do certame, encontram dificuldades para incluir a ação correspondente no orçamento. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar esse processo.

Faltam cargos comissionados (DAS) no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. Além disso, algumas unidades estaduais do Departamento apresentam insuficiência de recursos materiais, tais como: veículos para atividade de campo, equipamentos de fiscalização e equipamentos laboratoriais. Várias unidades regionais necessitam construir ou reformar suas sedes, a exemplo do 12º Distrito (MT), onde a construção da sede está orçada em R\$ 2,5 milhões; 3º Distrito (MG), onde a reforma da sede foi estimada em R\$ 3 milhões e, de outras unidades menores. A sede do DNPM, em Brasília, há mais de trinta anos não passa por uma reforma, necessitando de obras que estão orçadas atualmente em R\$ 10 milhões.

A infra-estrutura da CPRM é deficiente, em todos os níveis, principalmente em termos de recursos de informática e instrumental específico para o trabalho geológico, geralmente de custo elevado. Entretanto, a empresa tem no seu quadro de pessoal a deficiência mais séria, em função de uma tabela salarial defasada e da ausência de um plano de carreira que permita antever possibilidades de evolução. Como decorrência, há perda constante de profissionais altamente qualificados, principalmente porque passam em concursos públicos que oferecem melhores condições salariais. Alie-se isso a outro fator igualmente preocupante, que é a idade avançada do quadro (média superior a 50 anos).

RECOMENDAÇÕES

- Rever a sistemática de inclusão, no PPA e no orçamento de investimentos, de projetos resultantes dos leilões promovidos pela Aneel. Caso seja necessário, promover a flexibilização da legislação visando à igualdade de condições entre agentes públicos (empresas federais) e privados.
- As ações do orçamento fiscal do programa “Luz para Todos” precisam de ajustes nos atributos, de modo a atualizar os dados referentes à finalidade, à descrição e ao detalhamento previstos no PPA 2004-2007. Na situação em que atualmente se encontram, há sérias inconsistências entre o planejado e o executado, cujo exemplo mais evidente pode ser encontrado na ação 7054 – “Oferta de Energia Elétrica a Domicílios Rurais de Baixa Renda”. Embora se trate de oferta de energia em domicílio, o que está sendo executado refere-se a projetos diversos.
- A unificação das ações do biodiesel em um programa do PPA daria maior visibilidade a essa iniciativa do governo, além de especificar um gerente para tal programa e facilitar a identificação dos coordenadores das diversas ações, dispersos em distintos ministérios. Ainda que a maior parte dos recursos alocados provenha da iniciativa privada, a inclusão do programa no PPA permitiria um melhor acompanhamento pelos órgãos de controle e fiscalização, além de contribuir para a disseminação e divulgação dos resultados alcançados.
- O percentual de preenchimento de metas físicas no SIGPLAN e a validação pelos gerentes dos programas do MME esteve em torno de 42% e 46%, respectivamente, nos dois últimos trimestres de 2005. Trata-se de um percentual baixo e é necessário um esforço desse setor, com destaque para a Assessoria Especial de Gestão Estratégica, com o propósito de sensibilizar os coordenadores e gerentes para o cumprimento do disposto nos artigos 10 e 11 da Portaria MME nº. 19, de 19 de janeiro de 2005. Sugere-se também a atualização deste normativo, à luz do Decreto nº. 5.233, de 6 de outubro de 2004 e da Portaria nº. 198, de 18 de julho de 2005, editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia.

ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

OBJETIVO

Propiciar condições para que o processo de concessão e autorização de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica ocorra de acordo com as necessidades apontadas pelos estudos de planejamento setorial, buscando o desenvolvimento sustentável da economia e o atendimento da demanda de energia elétrica para toda a sociedade.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores e agentes setoriais públicos e privados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 133.904.447,00	Empenho Liquidado: R\$ 600.819,00 Pago estatais: - Total: R\$ 600.819,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. OUTORGA DE GERAÇÃO

Unidade de medida: Mw
Último índice apurado: 2.737 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 4.200

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O programa foi extinto na revisão do ano passado e suas ações migraram para os programas “Gestão da Política de Energia” e “Qualidade do Serviço de Energia Elétrica”.

2. OUTORGA DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DA REDE BÁSICA

Unidade de medida: Quilômetro (km)
Último índice apurado: 3.055 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 4.181

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O programa foi extinto na revisão do ano passado e suas ações migraram para os programas “Gestão da Política de Energia” e “Qualidade do Serviço de Energia Elétrica”.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa atua na manutenção do equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica por meio da identificação de potenciais hidrelétricos para a expansão da oferta de energia; da supervisão dos sistemas elétricos, avaliando seu desempenho e desenvolvendo sinais de alerta de riscos de desabastecimento; e da proposição de políticas e diretrizes para a outorga de concessões, autorizações, permissões e registros.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização, em dezembro de 2005, do primeiro leilão de energia, de acordo com a nova regulamentação do setor elétrico. Foram incluídos 13 empreendimentos de geração e destacou-se a diversidade das fontes de geração, com projetos de hidreletricidade, termoeletricidade a carvão mineral e biomassa. A potência instalada dos empreendimentos totalizou 1.380MW.
- Autorização de outorgas, totalizando 1.357MW de potência em novos projetos de geração e outras regularizações.
- Realização, em novembro de 2005, do leilão de 3.055km de linhas de transmissão e subestações associadas. Os lotes leiloados representaram investimentos de R\$ 2,8 bilhões e criação de, aproximadamente, 8.800 empregos diretos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os cortes e o atraso na aprovação do orçamento e, conseqüentemente, na liberação dos recursos, comprometeram a execução das ações de acordo com a programação previamente definida. Almeja-se a liberação dos recursos, conforme estabelecido no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL

OBJETIVO

Garantir as condições para satisfação da demanda atual e futura de petróleo, seus derivados, gás natural e outros combustíveis em todo o território nacional.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados de petróleo, álcool combustível e agentes da indústria de petróleo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 82.050.873,00	Empenho Liquidado: R\$ 77.211.593,00 Pago estatais: - Total: R\$ 77.211.593,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE REPOSIÇÃO DAS RESERVAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 19,18 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não foi definido o índice final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A precariedade dos instrumentos legais, que deveriam assegurar o abastecimento de petróleo e seus derivados dentro das condições previstas pela Política Energética Nacional, estabelecida a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 9 e da Lei nº 9.478/97, e a conseqüente flexibilização do monopólio fundamentaram a construção deste programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização da 7ª Rodada de Licitações: 267 blocos foram arrematados por 41 empresas. A arrecadação de bônus foi recorde, atingindo R\$ 1.088.848.604,00.
- Recuperação de R\$ 258 milhões, a título de recolhimentos adicionais de royalties e participação especial. A arrecadação das participações

governamentais tem sido crescente: em 2005 os royalties distribuídos foram de R\$ 6.206 milhões e a participação especial atingiu o valor arrecadado de R\$ 6.967 milhões.

- Concessão de 8 autorizações para a produção de biodiesel, dando início efetivo à introdução desse combustível na matriz energética nacional. A capacidade total autorizada é de 86,84 milhões de litros por ano.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A maioria das ações apresentou resultados conforme previstos para o ano de 2005. A execução orçamentária do programa ficou em torno de 91%, contudo os recursos foram contingenciados no início do exercício e liberados apenas no final.

A Lei 9.478/97 define uma série de vinculações de receitas da ANP e a suas atribuições. No entanto os limites orçamentários definidos para a Agência têm prejudicado suas aplicações, notadamente no que diz respeito à contratação de Serviços de Geologia e Geofísica, cujos recursos orçamentários e financeiros, conforme artigo 50 da Lei 9.478/97, têm sido reiteradamente contingenciados e/ou alocados na Lei Orçamentária Anual (LOA) em reserva de contingência, com o objetivo de contribuir para o cumprimento das metas de superávit primário. Embora esse problema tenha sido atenuado em 2005 com a entrada da ação 2050 – “Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Indústria do Petróleo e Gás Natural” no Programa Pactuada Integrada (PPI), a partir de julho, com a correspondente liberação de recursos, essas restrições terão impactos sobre os levantamentos das bacias sedimentares brasileiras, reduzindo a possibilidade de oferta de novas áreas exploratórias de hidrocarbonetos, com impactos sobre o desenvolvimento das demais ações, com a conseqüente redução dos recursos provenientes das participações governamentais de investimentos privados nas atividades de E&P e com a queda na oferta de petróleo e gás natural a longo prazo.

O ano de 2005 foi marcado por uma redução significativa da força de trabalho nas áreas finalísticas da Agência Nacional do Petróleo (ANP), embora tenha sido realizado um concurso público. A demora na conclusão do certame fez com que somente a partir de novembro a ANP pudesse contar com nova força de trabalho.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO

OBJETIVO

Incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petróleo Brasileiro (PETROBRAS) no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural.

PÚBLICO-ALVO

Acionistas e consumidores de gás natural, petróleo e seus derivados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 4.079.033.884,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R\$ 3.147.509.483,00 Total: R\$ 3.147.509.483,00
Previsto não orçamentário R\$ 56.246.400,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. PRODUÇÃO MÉDIA DE GÁS NATURAL NO EXTERIOR

Unidade de medida: Milhões de m³/dia

Último índice apurado: 16,3 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 22,1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A produção significativa de gás natural deste programa está situada na Bolívia, país que tem vivido instabilidades políticas, econômicas e sociais. Durante 2005, o governo modificou a legislação que regula o setor de petróleo, com aumento significativo da carga tributária, e outras importantes alterações ainda estão em negociação. Assim, a viabilidade de alcance das metas anteriormente estabelecidas está condicionada a essas alterações. A meta de 2007 deverá ser atingida com o aumento previsto da produção da Bolívia e dos Estados Unidos (EUA).

2. CAPACIDADE DE REFINO INSTALADA NO EXTERIOR

Unidade de medida: Mil barris por dia

Último índice apurado: 129 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 133

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A meta para 2007 deverá ser ultrapassada com a entrada de uma nova refinaria no portfólio da empresa.

3. PRODUÇÃO MÉDIA DE ÓLEO E LÍQUIDO DE GÁS NATURAL NO EXTERIOR

Unidade de medida: Mil barris por dia

Último índice apurado: 162,8 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 268,6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A entrada de novos poços em produção foi revista, em razão de fatos que têm influenciado o cronograma de perfuração e desenvolvimento, tais como, indisponibilidade de equipamentos de perfuração nos EUA e desenvolvimento dos projetos na Nigéria. Outros fatores que apresentam risco às metas de produção são as mudanças na legislação dos países onde a PETROBRAS atua, tais como, Bolívia e Venezuela. A expectativa para 2007 é de uma produção média de cerca de 155 mil barris por dia, uma redução em relação a 2005, decorrente da renegociação de contratos na Venezuela e venda de participação em ativos no Equador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A pouca atuação internacional do país na área de petróleo concorre para o aumento da dependência externa. Dessa forma, o programa visa ao aumento da participação do Brasil na indústria do petróleo mundial.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Sucesso obtido em diversos projetos exploratórios, com destaque para os EUA, onde foram encontrados reservatórios de gás em águas profundas no Golfo do México americano, e a PETROBRAS América apresentou o maior número de propostas vencedoras no leilão promovido pelo órgão regulador norte-americano, vencendo a licitação para 53 blocos. Nesse leilão, a PETROBRAS assegurou sua condição de operadora em um conjunto de blocos que contêm oito prospectos com grande potencial de reservas.
- Conquista de blocos exploratórios em licitações internacionais, como na Nigéria, onde obteve a concessão para operar o bloco OPL 315, com 45% de participação. Nesse país, já se havia descoberto os campos petrolíferos gigantes de Akpo e Agbami que, a partir de 2008, deverão entrar em produção, tornando a PETROBRAS Nigéria uma das maiores produtoras do Sistema PETROBRAS fora do Brasil.
- Na Líbia, a PETROBRAS formalizou, com a estatal National Oil Corporation (NOC), o contrato que assegura os direitos de exploração de óleo e gás e de partilha de produção na seção Líbia do Mar Mediterrâneo. A área (10.307km²) oferece boas perspectivas de descobertas e o contrato marcou a volta da PETROBRAS às atividades exploratórias na Líbia, onde atuou da década de 1970 até o início dos anos 90.
- Na Argentina, a empresa já tem mais de 720 pontos de vendas, dos quais 350 ostentam bandeira própria. Possui, ainda, uma fábrica de fertilizantes nas proximidades de Buenos Aires, com capacidade de produção de 140 mil toneladas de adubos por ano, além de atuar em prospecção, produção, transporte de petróleo e gás, comercialização de hidrocarbonetos, refino, petroquímica, e geração e distribuição de eletricidade.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

- O orçamento foi suficiente para a execução realizada em 2005. Pela natureza deste programa, os investimentos são planejados e realizados em moeda estrangeira.
- As alterações que passam a vigorar a partir de 2006 melhoraram o alinhamento das ações com os objetivos do programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Inclusão de ações:

- Ampliação da capacidade da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, de 100 para 200 mil barris de petróleo por dia.
- Aquisição de navio para transporte de álcool e produtos claros.

BRASIL COM TODO GÁS

OBJETIVO

Promover o uso do gás natural de forma segura e continuada, a preços competitivos e aumentar a flexibilidade de seu transporte, por meio de interligação entre suas reservas e os mercados consumidores.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de gás natural.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 939.942.401,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R\$ 238.561.478,00 Total: R\$ 238.561.478,00
Previsto não orçamentário R\$ 646.000.000,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. CAPACIDADE DA REDE DE DUTOS PARA O TRANSPORTE DE GÁS NATURAL

Unidade de medida: Bilhão de metro cúbico (m³), Km
Último índice apurado: 23,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 34,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A capacidade de transporte de gás natural atingiu cerca de 64 milhões de m³/dia, segmentada em 3 conjuntos: SU/SE, com 46 milhões de m³/dia, NE, com 16 milhões de m³/dia e ES, com 1,6 milhões de m³/dia. Isso representa 23,5 bilhões de m³ ao ano e existe previsão de incrementos significativos em Malhas, Gasene, Coari-Manaus e Gasbol até 2007.

2. VOLUME DE VENDAS DE GÁS NATURAL NO BRASIL

Unidade de medida: Milhões de m³/dia
Último índice apurado: 36 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 46,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A venda de gás aumentou 12% em 2005. Existe demanda reprimida e o problema está na oferta de gás. Diversas iniciativas são conduzidas para ampliar a oferta, tanto de gás nacional quanto de gás importado, bem como para buscar alternativas que mitiguem o risco de interrupção de fornecimento às termelétricas, o qual, por sua natureza descontínua, aumenta o nível de complexidade da logística de otimização do gás disponível. Assim, a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA é alta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A construção de uma malha de gasodutos, nas dimensões contempladas pelo “Brasil com Todo Gás”, além de aumentar a participação do gás natural na matriz energética do país, contribui diretamente para o aumento da segurança do setor de energia elétrica e é um importante vetor de geração de empregos. A ampliação da malha em direção ao interior do país promove a integração de regiões menos desenvolvidas e carentes em investimentos, constituindo-se em importante incentivo ao desenvolvimento econômico e social. Além disso, considera-se a expansão das reservas nacionais de gás natural sem se distanciar dos cuidados e restrições ambientais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- As vendas de gás aumentaram 12% em 2005, atingindo 36 milhões de m³/dia, decorrentes do crescimento do mercado brasileiro durante o ano, da expansão da infra-estrutura logística e das pressões pela utilização de combustíveis menos agressivos ao meio ambiente.
- A capacidade de transporte de gás natural atingiu cerca de 64 milhões de m³/dia.

Apesar das dificuldades para a obtenção de licenças ambientais e autorizações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), bem como da elevação dos custos dos insumos e serviços para a construção dos gasodutos foi dada continuidade aos projetos de investimentos, como Cacimbas-Vitória, Malhas e Urucu-Coari-Manaus, além de obras complementares do Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL).

Parte significativa das ações utiliza recursos de Sociedades de Propósito Específicos (SPEs), como Malhas NE, Malhas SE, Urucu-Coari-Manaus, Gasoduto Sudeste-Nordeste (GASENE).

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas ficou abaixo do previsto por diversos fatores que influenciaram a execução do programa, tais como:

- Na Malha do NE, devido a dificuldades na obtenção de licenças ambientais e da revisão dos estudos de viabilidade técnico-econômicos (EVTEs), foi suspensa a implementação do Nordeste II, Gasfor II e Açú-Serra do Mel.
- A Malha do SE apresentou atraso, em decorrência de dificuldades com licenças ambientais e do relevo acidentado do gasoduto Campinas-Rio (recursos de SPE), além de chuvas e descargas elétricas nas frentes de montagem.
- No GASENE, o trecho Cacimbas-Vitória teve sua previsão de conclusão revista para o 2º semestre de 2006, devido à interrupção do contrato com a construtora MASA.
- No GASBOL, as principais realizações foram a construção e montagem das novas estações de entrega (Araricá, Porto Feliz, Campo Largo, Valparaiso, Rio Claro, Igrejinha, Três Lagoas) e os investimentos em confiabilidade e segurança na operação do gasoduto.
- Nas ações que complementam a logística do programa, destacam-se

os atrasos decorrentes de licença ambiental e autorização da ANP para a ampliação da capacidade Cabiúnas-Reduc, que inclui a UPCGN II, compressão, torre de resfriamento e sistema de ar comprimido, e das obras complementares do Lagoa Pardo-Vitória, que incluem a construção dos pontos de entrega V10, Arcel e Barra do Riacho.

A falta de flexibilidade orçamentária frente à incerteza inerente à natureza dos projetos, tais como a dependência de licenças ambientais e a necessidade de compatibilização das obras com os períodos de seca, traz grandes constrangimentos ao programa. A complexidade, decorrente da grande diversidade de projetos e empresas do Sistema PETROBRAS envolvidas (holding e transportadoras), associada à legislação própria das estatais, tem causado dificuldades em licitações e celebração de contratos.

Algumas ações caracterizam-se pela integração entre gasoduto e térmica (consumidor final e gerador de energia). Nesse sentido, deve ser aprimorada a coordenação de ações conjuntas entre as Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS) e a PETROBRAS.

Muitas dificuldades são enfrentadas nas audiências públicas, devido ao desnivelamento de conhecimento e entendimento dos objetivos dos projetos. É um processo educativo de longo prazo, porém fundamental para garantir a participação e o crescimento social. Em contrapartida, essas ações facilitam a relação com as comunidades, na medida em que os benefícios de suas ações passam a ser de conhecimento da população.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O trecho Cabiúnas-Vitória (GASCAV) já possui licença prévia, licença de instalação e autorização de construção. Seu cronograma de construção prevê o início das obras em janeiro de 2006 e a entrada em operação em março de 2007. Já o trecho Cacimbas-Catu, cujo EVTE está sendo reavaliado, deverá ser financiado por estruturação financeira por meio de SPE, cabendo à PETROBRAS apenas a aquisição de terrenos e servidões.

Foram criadas células de gestão, que respondem pelos 3 principais empreendimentos, a saber: Malhas NE/SE, GASENE e Norte. No início de 2005, foi desenvolvida e mantida atualizada uma Base de Dados com a programação e realização dos projetos. Desde então, representantes do Ministério se reúnem, mensalmente, com os gestores dos projetos para avaliar as variações entre a programação e a realização, inclusive físicas, e reavaliar a necessidade de recursos. Existe uma grande diversidade de projetos e o foco dos sistemas corporativos, principal fonte das informações de realização, é o financeiro.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar a definição do público-alvo para “Mercado de Gás Natural”.
- Rever as metas físicas, devido a atrasos provocados, principalmente, pela dificuldade na obtenção de licenciamentos ambientais e autorizações junto à ANP.
- Aprimorar a coordenação de ações conjuntas entre a ELETROBRÁS e a PETROBRAS.
- Incluir as seguintes ações:

1. Desenvolvimento de Projeto para Escoamento do Gás Natural das Bacias do Espírito Santo e de Campos.
2. Desenvolvimento de Projeto de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural no Porto de Pecém (CE).
3. Desenvolvimento de Projeto de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural na Baía da Guanabara (RJ).

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA

OBJETIVO

Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético.

PÚBLICO-ALVO

Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionados com a área energética.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 28.746.061,00	Empenho Liquidado: R\$ 2.792.351,00 Pago estatais: R\$ 16.759.887,00 Total: R\$ 19.552.238,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA

Unidade de medida: %

Último índice apurado: 10 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Existem grandes dificuldades de apuração deste índice, porém acredita-se na viabilidade de alcance do mesmo ao final do PPA com a realização de atividades conjuntas entre as instituições que coordenam as ações, o Ministério das Minas e Energia (MME) e outros Ministérios.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Existe defasagem científica e tecnológica, além de ociosidade industrial em áreas estratégicas do setor de energia, com conseqüências negativas para os níveis de produção, emprego e renda no país. As principais causas identificadas para a ocorrência destes problemas são:

1. Ausência do planejamento determinativo para a expansão do setor energético.
2. Arcabouço legal e institucional (INPI, Patente).
3. Inconstância da disponibilidade de recursos financeiros para apoio de P&D Inovação.

4. Defasagem da capacidade laboratorial.
5. Fluxo de informações tecnológicas ineficiente.
6. Interação deficiente entre instituições de pesquisa e indústria.
7. Falta de uma coordenação nacional de ações envolvendo P&D Inovação.

Este programa tem a finalidade de facilitar a transferência de tecnologias dos laboratórios para a indústria, incentivando o investimento e a elevação da produtividade no setor de energia e fortalecendo as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento brasileiro.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Conclusão com êxito de três projetos iniciados em 2002, a saber:

- Convênio 006/2002, celebrado com a Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP (FUNCAMP), para o desenvolvimento de uma bomba de calor água-água acionada a biogás para utilização em processos de aquecimento e resfriamento em laticínios, visando à racionalização de energia na produção leiteira. Foram alocados R\$ 142.220 pelo MME, mais R\$ 40.000 de contrapartida, totalizando R\$ 182.220.
- Convênio 007/2002, celebrado com a FUNCAMP, para a produção de bio-óleo combustível por pirólise de biomassa em reator de leito fluidizado. O MME alocou R\$ 407.900 e contou com R\$ 40.000 de contrapartida, somando R\$ 447.900.

A conclusão destes dois convênios proporcionou resultados bastante interessantes no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico, assim como na formação de técnicos especializados nestes temas (pesquisadores e alunos da UNICAMP envolvidos nos projetos). Atualmente os coordenadores destes projetos estão trabalhando para introduzi-los no mercado.

- Convênio 011/2002, celebrado com o Instituto de Desenvolvimento sustentável MAMIRAUÁ, para promover a geração de energia elétrica, utilizando óleos vegetais, em comunidades isoladas no Amazonas. O projeto contou com R\$ 199.847 do MME e R\$ 72.000 de contrapartida, totalizando R\$ 271.847.

A conclusão desse convênio trouxe progresso à comunidade beneficiada e proporcionou: o desenvolvimento de tecnologia de fonte alternativa (produção de óleo vegetal e geração de energia elétrica de forma sustentável; o aproveitamento da potencialidade regional; a melhor distribuição de renda; e a inclusão social. Atualmente a comunidade beneficiada opera o projeto, que encontra-se em fase de prestação de contas final, comercializando o óleo vegetal produzido e gerando energia para o consumo dos ribeirinhos.

Foram ainda, celebrados mais 13 convênios de forma conjunta entre os Programas de Energia Alternativa Renovável e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia, nas áreas de Plantas Demonstrativas de Geração de Energia Elétrica e Apoio a Centros de Referência e Instituições de Pesquisa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os recursos se tornaram insuficientes, tendo em vista o contingenciamento orçamentário e financeiro durante o exercício de 2005, que impossibilitou a realização de todas as atividades previstas. As conseqüências foram a reprogramação das atividades durante o exercício, culminando com sua realização somente no final do ano, e a postergação das atividades para 2006. Sugere-se que sejam mantidos os valores aprovados na Lei de Orçamento Anual, ou seja, que não haja contingenciamento de recursos e posterior liberação de créditos adicionais no final do exercício.

Em relação às ações executadas no âmbito do MME, foram detectadas as seguintes restrições:

1. Falta de equipamentos atualizados de informática e de comunicação.
2. Espaço físico reduzido e ar-condicionado necessitando de manutenção.
3. Dificuldades na celebração de convênios devido à falta de pessoal qualificado nas áreas técnica e administrativa.
4. Insuficiência da equipe gerencial, nas áreas técnica e administrativa, de estruturação e acompanhamento das atividades previstas no programa.

A partir das reuniões realizadas no exercício de 2005 com os coordenadores de ação, constatou-se que as outras instituições que coordenam ações têm dificuldades de aprovação interna de celebração de contratos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Apesar de todas as dificuldades apontadas nos itens anteriores, este programa está sendo implementado de forma satisfatória, por meio de:

- Reuniões periódicas da Gerência Executiva com os coordenadores de ação, com o intuito de garantir que as metas físicas, assim como as diretrizes do Governo, sejam sejam atendidas.
- Acompanhamento dos convênios celebrados, conforme definido na Instrução Normativa 01, de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio de visitas trimestrais aos Projetos.
- Desenvolvimento de trabalhos de divulgação interna e, possivelmente, externa dos resultados das atividades realizadas no âmbito do programa, medida que se revelou inovadora.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E OUTROS COMBUSTÍVEIS

OBJETIVO

Oferecer adequada infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 460.026.941,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R\$ 458.665.889,00 Total: R\$ 458.665.889,00
Previsto não orçamentário R\$ 79.836.296,00	Realizado não orçamentário R\$ 2.001.000,00

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTADOS COM AFASTAMENTO (TFCA)

Unidade de medida: Taxa
Último índice apurado: 0,75 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Todas as ações da BR são norteadas pela política de excelência em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), visando a atingir padrões internacionais. A possibilidade de alcance do índice TFCA é alta, uma vez que a meta de 0,8 prevista para 2006, já foi superada em 2005.

2. QUALIDADE DOS PRODUTOS DA BR DISTRIBUIDORA - PROGRAMA DE OLHO NO COMBUSTÍVEL

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 76 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 91

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A viabilidade de alcance do índice é baixa em decorrência de uma mudança na metodologia de cálculo. O índice era calculado pela razão entre número de postos certificados pelo Programa de Olho no Combustível e o número de postos da rede preferencial, ou seja, postos ativos com consumo médio mensal superior a 50m³. Todavia, como a atual definição de posto preferencial requer o certificado do

Programa, a metodologia de cálculo foi alterada e, assim, o índice é apurado pela razão entre número de postos certificados pelo programa e o número de postos ativos, postos de bandeira BR que adquiriram combustível no mês.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA BR DISTRIBUIDORA NO MERCADO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 33,8 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 34,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

As metas previstas para este indicador estão sintonizadas com o Plano Estratégico da BR 2004-2015, apresentando, assim, alta viabilidade de alcance do índice previsto para o indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A necessidade de ampliação, modernização e manutenção da infra-estrutura de distribuição, de modo a minimizar o risco ambiental e a atender à demanda crescente de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis combinada com a preocupação em garantir ao consumidor a qualidade dos produtos em todas as etapas do processo de comercialização se verifica por meio da implementação do Programa de Olho no Combustível. Este é o mais completo programa de qualidade de combustíveis, certificado segundo a Norma ISO 9001, além de ser também o único certificado segundo regras específicas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) para companhias distribuidoras.

Ao contrário de outros programas de qualidade, este programa consiste não só na realização em campo de testes na gasolina, óleo diesel e álcool, mas também no treinamento dos responsáveis pelos serviços de armazenagem e recebimento de combustíveis, devolução de produtos e da limpeza de tanques e filtros.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Certificação de 4.496 postos no De Olho no Combustível, alcançando o índice de 76,0% dos postos ativos.
- Aumento de 8,6% do volume de vendas em relação ao ano anterior.
- O volume de vendas em 2005 foi de 29.450m³, alavancado, principalmente, pelo crescimento de vendas do álcool hidratado, que teve seu mercado ampliado em 20% pelo lançamento de veículos multicompostíveis.

Outro fator que contribuiu para o aumento de mercado foi a aquisição da distribuidora AGIP do Brasil, em meados de 2004, proporcionando a incorporação de 1.154 postos à rede da BR em 2005.

Por outro lado, a concorrência entre as grandes distribuidoras se acirrou, pois houve uma reversão de expectativas em relação aos seus investimentos no mercado brasileiro, que vinham decaindo nos últimos anos, mas em 2005 voltaram crescer.

- Implantação de 17 postos próprios nas Regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

- Inauguração de 3 Postos Escola, totalizando 13 postos desta categoria.
- Ampliação da rede de postos de gás natural (GNV), alcançando a marca de 295 postos em 17 Estados, destacando-se a inauguração do primeiro no Amazonas, na Região Norte.
- Entrada em operação da primeira bomba de biodiesel da Rede BR, na grande Belém/PA, em consonância com Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Houve lentidão no processo de licenciamento ambiental. Além disso, a inexistência de um instrumento regulatório relativo aos pontos de abastecimento de consumidor inviabilizou o cumprimento da meta física estabelecida para o projeto “Ampliação da Infra-estrutura de Atendimento a Grandes Clientes”.

Na ação “Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento a Grandes Clientes”, o atraso na definição da revisão tarifária postergou o início das obras de ampliação da rede de gasodutos até o Município de Linhares, ES em 2005.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A BR tem realizado os projetos de geração de energia com o objetivo de contribuir para o crescimento da oferta de energia do País, de forma racional e equilibrada. Nesse sentido, a BR aderiu ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), lançado pelo Governo Federal, por meio de associação de projetos que visam ao desenvolvimento de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Essa associação, denominada Brasil PCH, consiste na construção de 13 PCHs, distribuídas entre os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Mato Grosso do Sul, com potência entre 1 e 30MW e com área total de reservatório igual ou inferior a 3Km³. O início das construções está previsto para 2006 e a entrada em operação, para meados de 2007.

Outro projeto relevante para a consolidação da sua posição como fornecedora de soluções energéticas é o Projeto de Geração Isolada em Manaus. A BR participa, por meio de suas coligadas, Breitener Energética e Cia. Manauara, da implantação de três usinas térmicas movidas a óleo combustível, Tambaqui, Jaraqui e Manauara, cujo início de operação está previsto para 2006.

Como exemplo de boas práticas de gestão, o programa apresenta um processo de planejamento de investimentos que se baseia, principalmente, em dois instrumentos: o Plano Estratégico e o Plano Anual de Negócios (PAN). O Plano Estratégico detalha os investimentos da BR para os próximos 5 anos, e o PAN planeja os investimentos do ano corrente por gerência executiva. Outro bom exemplo, é a realização orçamentária, acompanhada pelo Relatório Mensal de Desempenho e pelo Fórum de Acompanhamento do Desempenho Orçamentário da BR, por meio de reunião trimestral das áreas executoras com os planejadores da companhia.

O programa promove a participação social por diversos meios. A ouvidoria é a referência principal na defesa dos direitos e interesses dos consumidores, dos funcionários e da sociedade, com o compromisso de assegurar a solução rápida e

eficaz de todas as solicitações, críticas, reclamações e sugestões. Também são utilizadas as audiências públicas e as consultas públicas. Adicionalmente, são disponibilizados outros canais de comunicação para a sociedade, com destaque para o Portal BR e para o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC).

O Portal BR tem como propósito impulsionar o comércio eletrônico, fidelizar clientes, consumidores e parceiros e melhorar a comunicação e divulgação da empresa. O SAC, acionado via 0800 ou via portal, recebe mensagens, que são analisadas e tratadas no prazo mais curto possível e, caso haja necessidade, são encaminhadas para tratamento pelas áreas internas competentes.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar a metodologia de cálculo do indicador “Qualidade dos Produtos da BR Distribuidora”.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

OBJETIVO

Reduzir o desperdício e o uso ineficiente dos insumos energéticos.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores, concessionárias, fabricantes e importadores de equipamentos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 54.537.595,00	Empenho Liquidado: R\$ 4.066,00 Pago estatais: R\$ 35.635.105,00 Total: R\$ 35.639.171,00
Previsto não orçamentário R\$ 279.700.000,00	Realizado não orçamentário R\$ 14.576.074, 20

INDICADOR(ES)

1. ENERGIA ELÉTRICA ECONOMIZADA

Unidade de medida: GWh

Último índice apurado: 2.500 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 2.500

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Em consequência do aumento da abrangência do PROCEL, sobretudo no que diz respeito ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (RELUZ) e ao Esgotos de Araçatuba (SANEAR), foi possível atingir as metas originalmente previstas para 2007 ainda no exercício de 2005.

2. QUANTIDADE DE PETRÓLEO CONSERVADA

Unidade de medida: Tonelada equivalente de petróleo por ano

Último índice apurado: 245.920 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 175.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Em consequência do aumento da abrangência do Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET), sobretudo no que diz respeito ao Projeto ECONOMIZAR, foi possível superar as metas originalmente previstas para 2007 ainda no exercício de 2005.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há, no Brasil, um significativo desperdício e uso ineficiente de energia, devido basicamente às seguintes causas: (1) falta de acesso à informação para a população e consumidores sobre a importância da energia e seu uso apropriado; (2) carência de educação formal que valorize a energia como um bem fundamental da sociedade; (3) insuficiente capacitação de especialistas em todos os níveis da cadeia energética; (4) ambiente de negócios inadequado para favorecer a sustentabilidade deste mercado; (5) arcabouço legal e institucional ainda inadequado para alavancar o tema; (6) ausência de tecnologias inovadoras para a produção de equipamentos mais eficientes de baixo custo; (7) sinergia insuficiente no uso otimizado de fontes energéticas; (8) política tarifária que não estimula a eficiência energética.

O programa pretende desenvolver mecanismos capazes de explorar o potencial de conservação de energia, por meio da promoção de ações com vistas à transformação do mercado atual de energia. Busca agregar valor, desenvolver novas tecnologias, estimular a oferta e demanda de produtos e de serviços mais eficientes no mercado nacional, criando as condições necessárias para atuação de empresas voltadas para este negócio. Em suma, visa a aumentar a disponibilidade de energia para o País.

A não-execução deste programa pode implicar aumento dos custos de produção, aumento da necessidade de investimentos na expansão do setor energético, mau aproveitamento e redução da disponibilidade dos recursos naturais, dificultando o desenvolvimento sustentável do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Economia de 2500GWh de energia elétrica, alcançada por meio do Programa Nacional de Conservação de Eletricidade (PROCEL), cujas ações abrangem iluminação pública, indústrias, etiquetagem, Selo PROCEL, educação, gestão energética municipal, entre outras.
- Economia de 290 milhões de litros de óleo diesel, alcançada por meio das ações de conservação de derivados do petróleo e do gás natural junto aos setores de transportes, educação e etiquetagem, por meio do Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural –(CONPET).
- Atendimento a 229 novos Municípios por meio de programas de iluminação pública eficiente no âmbito do Programa RELUZ.

O PROCEL expandiu suas ações, destacando-se o aumento do número de Municípios abrangidos pelo RELUZ, além das atividades junto às concessionárias de saneamento ambiental, atendidas por meio do PROCEL/SANEAR. Destacam-se, ainda, as atuações na indústria.

Merecem também destaque as seguintes ações, desenvolvidas no âmbito do programa: (1) regulamentação de equipamentos no âmbito da Lei nº 10.295/01, com a publicação do plano de metas de motores elétricos trifásicos, realização de todo o processo de consulta pública à minuta da Portaria de regulamentação de lâmpadas fluorescentes compactas, constituição dos comitês técnicos de fogões, aquecedores de água a gás e veículos automotores leves; (2) início das atividades de regulamentação de eficiência energética nas edificações do País, a qual consistirá

no estabelecimento de níveis mínimos de eficiência, que serão atestados por meio de selo orientativo; e, (3) expansão das ações do CONPET, evidenciadas pelo aumento do número de veículos monitorados por meio do Programa Economizar, que é direcionado às empresas de transportes de cargas e passageiros.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Parte das ações deste programa é desempenhada com recursos orçamentários de outras instituições, como a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) e a PETROBRAS. Os recursos orçamentários disponibilizados ao Ministério das Minas e Energia (MME), no âmbito do programa, foram limitados e sofreram forte contingenciamento.

A realização das metas físicas ocorreu conforme previsto, embora algumas ações apresentem deficiências na execução, decorrentes, principalmente, das dificuldades detectadas no monitoramento e no preenchimento das informações relativas às ações desempenhadas pelas respectivas instituições.

Mesmo havendo a liberação de recursos adicionais em momento posterior, os prazos muito curtos para encaminhamento de todos os procedimentos não permitiram que fosse celebrado convênio para treinamento de fiscais, verificação e fiscalização da implementação da Lei de Eficiência Energética.

Para a gestão de todo o programa, inclusive o desempenho das atividades no âmbito do MME, este Ministério conta somente com dois profissionais. Ademais, a equipe não conta com qualquer apoio administrativo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL

OBJETIVO

Ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Concessionárias, permissionárias, agentes produtivos e consumidores de energia elétrica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 28.435.105,00	Empenho Liquidado: R\$ 2.532.805,00 Pago estatais: R\$ 1.767.135,00 Total: R\$ 4.299.940,00
Previsto não orçamentário R\$ 3.527.000.000,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS RENOVÁVEIS NA MATRIZ ENERGÉTICA

Unidade de medida: %

Último índice apurado: 43,9 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Os objetivos do Governo quanto ao tema estão sendo atendidos, porém os comentários referentes ao atingimento do Índice Final para 2007 ficam comprometidos, pelo fato de as ações que estão sendo realizadas neste programa serem voltadas às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e este índice indicar a participação das Energias Renováveis na Matriz Energética.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O momento atual exige algumas medidas, a saber:

- Ampliar a oferta de energia, diversificando a matriz energética nacional com recursos energéticos locais, promovendo a economia de divisas e independência de conjunturas internacionais.
- Contribuir para o equilíbrio de oferta e demanda, reduzindo os riscos hidrológicos.
- Acompanhar, avaliar e divulgar as ações do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

- Promover o desenvolvimento tecnológico e a inserção de novas fontes renováveis.
- Promover a capacitação, a formação e a divulgação com ênfase em energia renovável.
- Estimular a criação de um ambiente de negócios favorável aos certificados verdes e de emissão reduzida de gases de efeito estufa (CDM - Certificados Verdes).
- Conhecer as ferramentas necessárias para conexão e despacho adequados das fontes na rede de transmissão e de distribuição.
- Promover o levantamento de potenciais energéticos de fontes alternativas nos sistemas interligado e isolado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Contratação de 144 projetos no PROINFA, até março de 2005, totalizando 3.300MW, distribuídos em 1.423MW para a fonte eólica (54 projetos), 1.191MW para a fonte PCH (63 projetos) e 685MW para a fonte biomassa (27 projetos).
- Aperfeiçoamento do Programa de Apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o PROINFA, estendendo o período de amortização e ampliando o financiamento para até 80% dos investimentos, excluindo bens e serviços importados e aquisição de terrenos.

Além dos resultados mencionados, merece destaque:

- Decisão sobre a permissão de aditamento dos contratos de compra e venda de energia do PROINFA, em 28 de setembro de 2005, com publicação da Portaria MME nº 452, de 2005. As datas de entrada em operação comercial dos empreendimentos puderam ser postergadas para até 30 de dezembro de 2008.
- Definição, em outubro de 2005, do Plano Anual do PROINFA. Para o ano de 2006, está previsto o comissionamento de 37 empreendimentos do PROINFA, perfazendo 914,57MW instalados, sendo 10 empreendimentos de PCH, 10 de Eólica e 17 de Biomassa, distribuídos em 13 Estados, gerando 1.337.228MWh em 2006. São os primeiros empreendimentos a entrarem em operação neste programa, que diversifica a matriz energética e consolida novas tecnologias.
- Celebração de 13 convênios enquadrados de forma conjunta nos Programas de Energia Alternativa Renovável e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia, nas áreas de Plantas Demonstrativas de Geração de Energia Elétrica e Apoio a Centros de Referência e Instituições de Pesquisa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O contingenciamento orçamentário e financeiro imposto no decorrer do ano de 2005 impossibilitou a execução adequada de algumas ações, uma vez que foram abortadas algumas atividades previstas em função das restrições impostas. Mesmo havendo liberação de recursos adicionais em momento posterior, os prazos já não permitiam que todas as atividades fossem retomadas, o que ocasionou o descumprimento de metas físicas. Houve também dificuldades para a celebração de contratos por parte

de algumas das instituições que coordenam ações deste programa. Cabe ressaltar, entretanto, que as metas do PROINFA e de outras atividades do programa têm sido alcançadas, a despeito das dificuldades mencionadas.

Além disso, a equipe gerencial enfrenta dificuldades relativas à falta de equipamentos atualizados de informática e de comunicação; inexistência de espaço físico adequado e insuficiência de recursos humanos na equipe gerencial de estruturação e acompanhamento das atividades previstas no programa, em especial de pessoal qualificado nas áreas técnica e administrativa.

Verificou-se, nas reuniões com os coordenadores de ação, que as outras instituições que coordenam ações têm dificuldades de aprovação interna para a celebração de contratos. Também foram encontradas dificuldades na celebração de convênios devido à falta de pessoal qualificado nas áreas técnica e administrativa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Apesar de todas as dificuldades existentes, apontadas nos itens anteriores, o programa está sendo implementado de forma satisfatória e as práticas executadas na sua gestão são:

1. Reuniões periódicas da Gerência Executiva com os coordenadores de ação, no intuito de garantir que as metas físicas, assim como as diretrizes do Governo, sejam atendidas.
2. Acompanhamento dos convênios celebrados como definido na Instrução Normativa 01, de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
3. Visitas trimestrais aos Projetos.

Como atividade inovadora, ressalta-se o desenvolvimento de trabalhos de divulgação interna e possivelmente externa dos resultados das atividades realizadas no âmbito do programa.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE

OBJETIVO

Atender às necessidades de energia elétrica da Região Nordeste.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica da Região Nordeste.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 743.689.192,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R\$ 538.988.143,00 Total: R\$ 538.988.143,00
Previsto não orçamentário R\$ 1.067.980.640,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE CRESCIMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 13.820 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Em 2005, embora o indicador não tenha sido apurado, o aumento na capacidade instalada em subestações e usinas foi de 5.415MVA e 2.425MW, respectivamente. Esses acréscimos representaram uma taxa de crescimento em nível nacional de aproximadamente 3% para os dois segmentos, em relação a 2004.. A expansão da capacidade instalada verificada em 2005 no setor elétrico brasileiro esteve compatível com as previsões de crescimento do mercado. Cabe ressaltar que novos indicadores foram adotados para 2006.

2. TAXA DE EXPANSÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 19.150 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Foram adotados novos indicadores regionalizados a partir de 2006. Em 2005, foram acrescidos ao sistema de transporte de energia elétrica 3.036km de linhas, o que corresponde a um aumento de 3,7% em nível nacional, em relação a 2004. A expansão do sistema de transmissão verificada em 2005 esteve de acordo com

as previsões de crescimento do mercado capacidade instalada verificada em 2005 no setor elétrico brasileiro esteve compatível com as previsões de crescimento do mercado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Região Nordeste caracteriza-se pela limitada capacidade de geração aos aproveitamentos existentes na bacia do Rio São Francisco, dependendo de importação de energia do Sistema Interligado Nacional. O consumo de energia da região concentra-se nos grandes centros urbanos, notadamente nas capitais, com elevada taxa de consumidores de baixa renda.

O Sistema Nordeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes quantidades de energia.

A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica e outras fontes, contribuindo para a diversidade da Matriz Energética Nacional.

As obras de expansão, além de atenderem às necessidades energéticas da região e dos sistemas interconectados, apresentam significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implantação do Sistema de Transmissão Teresina – Sobral – Fortaleza: 541km de linha de transmissão em 500kV, concluída e energizada em dezembro de 2005, com investimentos na ordem de R\$ 550 milhões.
- Implantação de Sistema de Transmissão no Nordeste: implementação de projetos de transmissão no subsistema nordeste, compreendendo linhas em 230kV, recapacitação de circuitos, bem como ampliações e adequações de subestações.
- Ampliação da Capacidade Instalada da Usina Termelétrica (UTE) de Camaçari: acréscimo de 176MW de potência à usina, gerando uma capacidade atual da UTE de 350MW.
- Sistema de Transmissão Nordeste: implementação de novas subestações no subsistema nordeste, com destaque para as subestações Elizeu Martins e Joairam.
- Sistema de Transmissão Camaçari – Sapeaçu: 106km de linha de transmissão em 500kV, concluída e energizada em outubro de 2005, com investimento de R\$ 110 milhões no Estado da Bahia.
- Implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Pedra do Cavalo: implantação da UHE com 160MW de potência instalada no Rio Paraguaçu, com investimento de R\$ 157 milhões.
- Expansão do Sistema de Transmissão Associado à UHE Tucuruí: implementação de vários projetos de transmissão (linhas e subestações), no Estado do Maranhão, visando a ampliar a capacidade de transporte de energia elétrica proveniente da construção da segunda etapa da UHE Tucuruí. Ao final do projeto serão aproximadamente 120km de linhas de transmissão e 695MVA de potência de transformação.

Dentre outros empreendimentos em construção, destacam-se: LT 230kV Teresina – Peritoró / Coelho Neto e as subestações Coelho Neto, São Luiz II, SE Imperatriz, SE Presidente Dutra e SE Peritoró. Evidenciam-se, também, as obras de implantação de cabos ópticos nas linhas de transmissão para melhoria dos serviços de controle e proteção do sistema elétrico, além dos serviços de telecomunicações.

- Implantação da LT Fortaleza II – PCI: implantação de 27,7km de linha de transmissão em 500kV, circuito duplo, energizada em maio de 2005.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Em relação à implementação do programa, há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos, prejudicando a execução da programação física das ações. O processo que envolve a aprovação de ações de expansão e/ou melhorias é lento, pois o prazo compreendido entre a identificação da necessidade da obra até a emissão do ato autorizativo é muito extenso, comprometendo a programação física e orçamentária do programa.

Espera-se que, com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o aperfeiçoamento do processo de planejamento, essa dificuldade seja atenuada. No entanto, independentemente das ações da EPE, cabem providências das áreas envolvidas, de maneira a minimizar o problema. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações.

Em 2005, o programa também enfrentou dificuldades relacionadas ao processo de licitação e celebração de convênios causados por problemas legais inerentes ao próprio processo. Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, observou-se lentidão nas autorizações das licenças.

A inadequação de normas legais também influencia na execução do programa, pois as empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e, quando saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por conseqüência, suas alterações orçamentárias, nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. É necessário avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar o processo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Avaliação da sistemática de inclusão de ações no Plano Plurianual (PPA), especificamente aquelas resultantes dos leilões promovidos pela Aneel, a partir da flexibilização, se possível, da legislação aprovada no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e no Congresso Nacional, de forma a agilizar a aprovação do recurso orçamentário e permitir igualdade de competição entre agentes públicos (empresas federais) e agentes privados.

- Exclusão das seguintes ações:
 1. 5103 – “Ampliação da Capacidade de Energia da UTE Bongü”, cuja concessão não apresentou renovação formalizada.
 2. 5105 – “Ampliação da capacidade de energia da UTE Camaçari”, com término previsto para 2006.
 3. 9784 – “Implantação de Sistema de Transmissão Teresina – Sobral – Fortaleza (500kV – 540km)”, com previsão de término para 2005.
- Inclusão das seguintes ações:
 1. Implantação do Ciclo Combinado na Usina Hidrelétrica de Camaçari, com Acréscimo de 200MW (BA).
 2. Implantação do Sistema de Transmissão Ibicoara-Brumado II (230kV – 105km) (BA).
 3. Implantação do Sistema de Transmissão Picos-Tauá (230kV – 180km) (PI/CE).
 4. Implantação de Sistema de Transmissão Paraíso-Açu (230kV - 135km) (RN).
 5. Implantação do Sistema de Transmissão Funil-Itapebi (230kV - 225km) - (BA).
 6. Manutenção do Sistema de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional da UTE TERMOCEARÁ;
 7. Modernização e Adequação do Sistema de Produção da UTE TERMOCEARÁ.
 8. Manutenção da Infra-estrutura Operacional da UTE TERMOCEARÁ.
 9. Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termoelétrica TERMOBAHIA.
- Redefinição dos atributos das ações de financiamento a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

ENERGIA NA REGIÃO NORTE

OBJETIVO

Atender às necessidades de energia elétrica da Região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica da Região Norte.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 646.290.000,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R\$ 623.797.638,00 Total: R\$ 623.797.638,00
Previsto não orçamentário R\$ 4.528.672.080,00	Realizado não orçamentário R\$ 118.116.380,00

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE CRESCIMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 9.321 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Foram adotados novos indicadores a partir de 2006. Embora o indicador não tenha sido apurado em 2005, o aumento na capacidade instalada, em subestações e usinas, foi de 5.415MVA e 2.425MW, respectivamente. Esses acréscimos representaram taxa de crescimento em nível nacional de aproximadamente 3% para os dois segmentos, em relação a 2004. A expansão da capacidade instalada verificada em 2005 no setor elétrico brasileiro esteve compatível com as previsões de crescimento do mercado.

2. TAXA DE EXPANSÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 6.194 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Foram adotados novos indicadores regionalizados a partir de 2006. Embora o índice do indicador não tenha sido apurado em 2005, foram acrescidos ao sistema de transporte de energia elétrica 3.036 km de linhas, o que corresponde a um aumento de 3,7% em nível nacional, em relação a 2004. A expansão do sistema de transmissão verificada em 2005 esteve de acordo com as previsões de crescimento do mercado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Região Norte caracteriza-se pelo grande potencial hidrelétrico, com regimes hidrológicos diferentes das demais regiões do País, possibilitando a transferência de grandes blocos de energia para atendimento das demandas dos grandes centros de consumo. A expansão da geração e transmissão na região está associada a investimentos em grandes usinas e longas linhas de transmissão em alta tensão, com impactos socioambientais relevantes e de grande importância para o equilíbrio da oferta e demanda, devido ao esgotamento das reservas em outras regiões.

As obras de expansão, além de atenderem às necessidades energéticas da região e dos sistemas interconectados, apresentam significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população e o aproveitamento do potencial hidrelétrico dessa Região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Geração de energia elétrica: destaca-se a ampliação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, de 4.245MW para 8.370MW de capacidade instalada. Até dezembro de 2005, já entraram em operação 7 unidades de 375MW cada, totalizando 2.625MW.
- Transmissão de energia elétrica: salienta-se a expansão do sistema de transmissão para escoamento da energia gerada em Tucuruí, com a entrada em operação de 469km de linha de transmissão em 500kV (Marabá - Açailândia e Tucuruí - Marabá).

Evidenciam-se também os estudos de viabilidade para a implantação das Usinas Hidrelétricas de Belo Monte (11.182MW, PA), Santo Antônio (3.580MW, RO), Jirau (3.900MW, RO) e a Usina de Estreito, em fase de desenvolvimento, com 1.087MW, no Estado de Tocantins. Registra-se, ainda, o início da implantação do novo sistema de transmissão em 500kV, Colinas/R.Gonçalves/S. J. Piauí/Sobradinho, que ampliará a capacidade de suprimento ao Nordeste em mais 1.200MW médios.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Em relação à implementação do programa, há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos, prejudicando a execução da programação física das ações. O processo que envolve a aprovação de ações de expansão e/ou melhorias é lento, pois o prazo compreendido entre a identificação da necessidade da obra até a emissão do ato autorizativo é muito extenso, comprometendo a programação física e orçamentária do programa.

Espera-se que, com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o aperfeiçoamento do processo de planejamento, essa dificuldade seja atenuada. No entanto, independentemente das ações da EPE, cabem providências das áreas envolvidas, de maneira a minimizar o problema. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações.

Em 2005, o programa também enfrentou dificuldades relacionadas ao processo de licitação e celebração de convênios causados por problemas legais inerentes ao próprio processo. Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, observou-se lentidão nas autorizações das licenças.

A inadequação de normas legais também influencia na execução do programa, pois as empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e, quando saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por consequência, suas alterações orçamentárias, nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. É necessário avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar o processo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Exclusão da ação 9785 – “Implantação de Sistema de Transmissão Tucuruí - Vila do Conde (500kV - 329km)”
- Inclusão das seguintes ações:
 1. “Melhorias e Reforços no Sistema de Transmissão da Região Norte”;
 2. “Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Curua-Una (AP) de 30,3 para 40,3MW”.
 3. Avaliação da sistemática de inclusão de ação no Plano Plurianual (PPA), especificamente aquelas resultantes dos leilões promovidos pela ANEEL, a partir da flexibilização, se possível, da legislação pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e no Congresso Nacional, de forma a agilizar a aprovação do recurso orçamentário e permitir igualdade de competição entre agentes públicos (empresas federais) e agentes privados.
 4. Redefinição dos atributos das ações de financiamento a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

ENERGIA NA REGIÃO SUL

OBJETIVO

Atender às necessidades de energia elétrica da Região Sul e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica da Região Sul.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 331.517.623,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R\$ 280.274.034,00 Total: R\$ 280.274.034,00
Previsto não orçamentário R\$ 3.752.676.006,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE CRESCIMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA

Unidade de medida: %

Último índice apurado: 21.006 em 2003

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Foram adotados novos indicadores a partir de 2006. Embora o indicador não tenha sido apurado em 2005, o aumento na capacidade instalada, em subestações e usinas, foi de 5.415MVA e 2.425MW, respectivamente. Esses acréscimos representaram taxa de crescimento em nível nacional de aproximadamente 3% para os dois segmentos, em relação a 2004. A expansão da capacidade instalada verificada no ano de 2005 no setor elétrico brasileiro esteve compatível com as previsões de crescimento do mercado.

2. TAXA DE EXPANSÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO

Unidade de medida: %

Último índice apurado: 14.552 em 2003

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Foram adotados novos indicadores regionalizados a partir de 2006. Embora o indicador não tenha sido apurado em 2005, foram acrescentados ao sistema de transporte de energia elétrica 3.036km de linhas, o que corresponde a um aumento de 3,7% em

nível nacional. A expansão do sistema de transmissão verificada em 2005 esteve de acordo com as previsões de crescimento do mercado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Região Sul caracteriza-se pela elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar o papel de exportadora para as demais regiões integrantes do Sistema Interligado. Esta região distingue-se, também, como pólo de desenvolvimento industrial, com elevado potencial de consumo.

O Sistema Elétrico Sul convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia.

A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica, contribuindo para a diversificação da Matriz Energética, face à elevada reserva carbonífera existente e às obras de expansão que, além de atenderem às necessidades energéticas da região e dos sistemas interconectados, apresentam significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Expansão da geração: destacam-se o início de operação da Usina Hidrelétrica de Barra Grande, com 698MW de potência instalada, localizada na divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e a Usina Hidrelétrica Santa Clara com 120MW de potência instalada, localizada no Estado do Paraná. A Usina Hidrelétrica de Campos Novos (SC), com 880MW, está com 95% das obras concluídas e deve entrar em operação em maio de 2006.
- Expansão da transmissão: evidencia-se a entrada em operação das Linhas de Transmissão Londrina-Assis-Araraquara, com 365km e 525kV, Campos Novos- Barra Grande- Lagoa Vermelha -Santa Marta, com 187km e 230kV, e Evaiporã-Cascavel, com 204km e 525kV.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Em relação à implementação do programa, há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos, prejudicando a execução da programação física das ações. O processo que envolve a aprovação de ações de expansão e/ou melhorias é lento, pois o prazo compreendido entre a identificação da necessidade da obra até a emissão do ato autorizativo é muito extenso, comprometendo a programação física e orçamentária do programa.

Espera-se que, com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o aperfeiçoamento do processo de planejamento, essa dificuldade seja atenuada. No entanto, independentemente das ações da EPE, cabem providências das áreas envolvidas, de maneira a minimizar o problema. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações.

Em 2005, o programa também enfrentou dificuldades relacionadas ao processo de licitação e celebração de convênios causados por problemas legais inerentes ao próprio processo. Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, observou-se lentidão nas autorizações das licenças.

A inadequação de normas legais também influencia na execução do programa, pois as empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e, quando saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por consequência, suas alterações orçamentárias, nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. É necessário avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar o processo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Avaliação da sistemática de inclusão de ações no Plano Plurianual (PPA), especificamente aquelas resultantes dos leilões promovidos pela ANEEL, a partir da flexibilização, se possível, da legislação pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e no Congresso Nacional, de forma a agilizar a aprovação do recurso orçamentário e permitir igualdade de competição entre agentes públicos (empresas federais) e agentes privados.
- Exclusão das seguintes ações:
 1. 9940 – “Ampliação da Usina Hidrelétrica Itaipu em 1.400MW (PR)”, cuja obra deverá ser concluída em 2006.
 2. 905G – “Implantação de Linha de Transmissão Jorge Lacerda B-Palhoça III (230kV - 120km)”, em Santa Catarina, reavaliada pela área de planejamento e excluída do plano de expansão.
 3. 9614 – “Implantação de Sistema de Transmissão Campos Novos - Lagoa Vermelha, SC/RS (230kV - 84km)”, concluída em 2005.
 4. 9611 – “Implantação de Sistema de Transmissão Gravataí - Porto Alegre, RS (230kV - 17km)”, concluída em 2003.
 5. 9799 – “Implantação de Sistema de Transmissão Ivaiporã – Londrina, PR (525kV - 122km)”, concluída em 2003.
 6. 9796 – “Implantação de Sistema de Transmissão Londrina-Assis Araraquara, PR/SP (525kV - 306km)”, concluída em 2005.
 7. 9798 – “Implantação de Sistema de Transmissão Salto Santiago-Ivaiporã-Cascavel Oeste, PR (525kV - 376km)”, concluída em 2005;
 8. 9770 – “Implantação de Usina Hidrelétrica Barra Grande com 690MW no Rio Pelotas (SC/RS)”, com término previsto para 2006.
 9. 9254 – “Implantação de Usina Hidrelétrica Campos Novos com 880MW no Rio Canoas (SC)”, com término previsto para 2006.
 10. 9656 – “Implantação de Usina Hidrelétrica Monte Claro com 130MW entre Bento Gonçalves e Veranópolis (RS)”, com término previsto para 2006).
 11. 9657 – “Implantação de Usina Hidrelétrica Santa Clara com 120MW em Cândói e Pinhão (PR)”, cuja obra foi concluída em 2005.

- Inclusão de ações:
 1. Implantação de Usina Hidrelétrica Passo do São João com 77MW (RS) e Sistema de Transmissão Associado em 69kV, com 30km de extensão.
 2. Implantação de Usina Hidrelétrica São José com 51MW (RS).
 3. Implantação da Linha de Transmissão, em 525kV Curitiba - Bateias 38km (PR).
 4. Implantação da Linha de Transmissão em 230kV, D. Francisca S. Maria 3, 66 km (RS).
 5. Implantação da Linha de Transmissão, em 230kV, Canoinhas - São Mateus, 48km (SC).
 6. Implantação da Linha de Transmissão, em 230kV, C. Novos - Videira, 71km, C. Duplo (SC).
 7. Implantação da Linha de Transmissão, em 230kV, Londrina - Maringá, 83km, (PR).
 8. Implantação da Linha de Transmissão, em 230kV, Gravataí 3-Osório2-Atlântida 2, 103km, (RS).
 9. Implantação da Linha de Transmissão, em 230kV, Cascavel Oeste Foz do Iguaçu Norte, 120km, (PR).
 10. Adequações na Interligação dos Sistemas Elétricos Brasileiro e Uruguaio por meio da Conversora de Frequência de Rivera (RS) (Ressarcimento dos dispêndios efetuados pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
- Redefinição dos atributos das ações de financiamento a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE

OBJETIVO

Atender às necessidades de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 2.988.236.378,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R\$ 2.304.700.338,00 Total: R\$ 2.304.700.338,00
Previsto não orçamentário R\$ 4.948.953.892,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE CRESCIMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA

Unidade de medida: %

Último índice apurado: 42.602 em 2003

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Foram adotados novos indicadores a partir de 2006. Embora o indicador não tenha sido apurado em 2005, o aumento na capacidade instalada, em subestações e usinas, foi de 5.415MVA e 2.425MW, respectivamente. Esses acréscimos representaram uma taxa de crescimento em nível nacional de aproximadamente 3% para os dois segmentos, em relação a 2004. A expansão da capacidade instalada verificada em 2005 no setor elétrico brasileiro esteve compatível com as previsões de crescimento do mercado.

2. TAXA DE EXPANSÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO

Unidade de medida: %

Último índice apurado: 37.768 em 2003

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Foram adotados novos indicadores regionalizados a partir de 2006. Embora o indicador não tenha sido apurado em 2005, foram acrescentados ao sistema de transporte

de energia elétrica 3.036 km de linhas, o que corresponde a um aumento de 3,7% em nível nacional, em relação a 2004. A expansão do sistema de transmissão verificada em 2005 esteve de acordo com as previsões de crescimento do mercado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As Regiões Sudeste e Centro-Oeste caracterizam-se pela elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar um papel de importadores ou exportadores para as demais regiões integrantes do Sistema Interligado. Estas regiões distinguem-se, também, pelo elevado consumo de energia elétrica nos seus diversos segmentos, com ênfase especial para o setor industrial responsável pela maior parcela do Produto Interno Bruto.

O Sistema Sudeste/ Centro-Oeste convive com pontos de estrangulamento nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. As obras de expansão, além de atenderem às necessidades energéticas da região e dos sistemas interconectados, apresentam significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. O aproveitamento do potencial hidrelétrico remanescente dessa região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Expansão da geração: foram acrescentados 500MW de potência instalada em novas usinas nas Regiões Sudeste e Centro Oeste. Em especial, destaca-se a conclusão da Usina Hidrelétrica (UHE) Aimorés, com 330MW, localizada no Estado de Minas Gerais.
- Expansão da transmissão: foram concluídos mais 720km de novas linhas de transmissão, destacando-se a LT Ouro Preto – Vitória, em 345kV, com 370km de extensão, em operação desde fevereiro de 2005, de importância fundamental para sustentar o suprimento ao Estado do Espírito Santo.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Em relação à implementação do programa, há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos, prejudicando a execução da programação física das ações. O processo que envolve a aprovação de ações de expansão e/ou melhorias é lento, pois o prazo compreendido entre a identificação da necessidade da obra até a emissão do ato autorizativo é muito extenso, comprometendo a programação física e orçamentária do programa.

Espera-se que, com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o aperfeiçoamento do processo de planejamento, essa dificuldade seja atenuada. No entanto, independentemente das ações da EPE, cabem providências das áreas envolvidas, de maneira a minimizar o problema. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações.

Em 2005, o programa também enfrentou dificuldades relacionadas ao processo

de licitação e celebração de convênios causados por problemas legais inerentes ao próprio processo. Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, observou-se lentidão nas autorizações das licenças.

A inadequação de normas legais também influencia na execução do programa, pois as empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e, quando saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por consequência, suas alterações orçamentárias, nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. É necessário avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar o processo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Avaliação da sistemática de inclusão de ação no Plano Plurianual (PPA), especificamente aquelas resultantes dos leilões promovidos pela ANEEL, a partir da flexibilização, se possível, da legislação aprovada no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e no Congresso Nacional, de forma a agilizar a aprovação do recurso orçamentário e permitir igualdade de competição entre agentes públicos (empresas federais) e agentes privados.
- Exclusão das seguintes ações:
 1. 9811 - Implantação de Sistema de Transmissão Montes Claros-Irapé (345kV - 160km) - (MG), cuja obra foi finalizada em 2005.
 2. 9810 - Implantação de Sistema de Transmissão Rondonópolis-Coxipó-Cuiabá (230kV - 193km) - (MT), cuja obra foi concluída em 2005.
 3. 9268 - Implantação de Usina Hidrelétrica Aimorés com 330MW no Rio Doce (MG/ES), cuja obra foi finalizada em 2005.
 4. 9598 - Implantação de Usina Hidrelétrica Corumbá IV com 127MW (GO) (obra concluída em 2006).
 5. 9176 - Implantação de Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra com 176 MW no Rio Correntes (MT/MS), cuja obra foi concluída em 2005.
 6. 9935 - Implantação de Usina Hidrelétrica Simplício com 324MW (RJ), cuja obra foi licitada em 2005 e passará à ação de investimentos das estatais.
 7. 3302 - Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes com 476MW (MG), cuja conclusão está prevista para 2006.
- Inclusão das seguintes ações:
 1. Implantação de Usina Hidrelétrica Baguari com 140MW (MG).
 2. Implantação de Usina Hidrelétrica Barra do Pomba com 70MW (RJ).
 3. Implantação de Usina Hidrelétrica Cambuci com 50MW (RJ).
 4. Implantação de Usina Hidrelétrica Dardanelos com 261MW (MT).
 5. Implantação de Usina Hidrelétrica Foz do Rio Claro com 72MW (GO).
 6. Implantação de Usina Hidrelétrica Paulistas com 52,5MW (MG/GO) e Sistema de Transmissão Associado em 138kV, com 75km de extensão.
 7. Implantação de Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - UHE Simplício com 305,7MW, PCH Anta com 28MW e Sistema de Transmissão Associado em 138kV, com 120km de extensão (MG/RJ).

8. Implantação de Sistema de Transmissão São Simão – Marimbondo (500kV - 190km) - (GO/MG).
 9. Implantação de Sistema de Transmissão Marimbondo – Ribeirão Preto (500kV - 195km) - (MG/SP).
 10. Implantação de Sistema de Transmissão Ribeirão Preto – Poços de Caldas (500kV - 140km) - (SP/MG).
 11. Implantação de Sistema de Transmissão Ribeirão Preto – Estreito (500kV - 130km) + SE R.Preto 500/440kV - (SP/MG).
 12. Implantação de Sistema de Transmissão Jaguará – Estreito (500kV - 45km) - (MG).
 13. Implantação de Sistema de Transmissão Neves 1 – Mesquita (500kV - 180km) - (MG).
 14. Implantação de Sistema de Transmissão Mascarenhas – Verona (230kV - 107km) + SE Verona 230/138kV - (ES).
 15. Implantação de Sistema de Transmissão Paracatu 4 - Pirapora 2 (500kV - 260km) + SE Pirapora 500/345/138kV - (MG).
 16. Implantação de Sistema de Transmissão Itararé - Jaguaraíva (230 kV-40km) + SE Itararé 230/138kV - (PR/SP).
 17. Implantação de Sistema de Transmissão Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste (345kV - 50km) - (SP).
 18. Modernização da Usina Hidrelétrica Funil de capacidade instalada com 216MW (RJ).
 19. Implantação de Usina Hidrelétrica Retiro Baixo com 82MW (MG).
 20. Modernização e Adequação do Sistema de Produção da UTE IBIRITERMO.
 21. Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional da UTE MACAÉ MERCHANT.
 22. Manutenção da Infra-estrutura Operacional da UTE MACAÉ MERCHANT.
 23. Modernização e Adequação do Sistema de Produção da UTE MACAÉ MERCHANT.
 24. Implantação da Usina Nuclear de Angra III.
- Redefinição dos atributos das ações de financiamento a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

OBJETIVO

Ampliar a oferta nos sistemas isolados ainda existentes, atendendo às suas necessidades de energia elétrica.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 438.975.757,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R\$ 313.226.743,00 Total: R\$ 313.226.743,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE CRESCIMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 2.934 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Foram adotados novos indicadores a partir de 2006. Embora o indicador não tenha sido apurado em 2005, o aumento na capacidade instalada em subestações e usinas foi de 5.415MVA e 2.425MW, respectivamente, acréscimos que representaram taxa de crescimento em nível nacional de aproximadamente 3% para os dois segmentos, em relação a 2004.. A expansão da capacidade instalada verificada em 2005 no setor elétrico brasileiro está compatível com as previsões de crescimento do mercado.

A potência instalada nos sistemas isolados cresceu 6,3% em 2005, e foram acrescidos aos sistemas aproximadamente 180 MW.

2. TAXA DE EXPANSÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 1.447 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Foram adotados novos indicadores regionalizados a partir de 2006. Embora o indicador não tenha sido apurado em 2005, foram acrescentados ao sistema de transporte de energia elétrica 3.036km de linhas, o que representou um acréscimo de 3,7% em nível nacional, em relação a 2004. A expansão do sistema de transmissão verificada em 2005 esteve de acordo com as previsões de crescimento do mercado.

Foram acrescentados 216km de linhas de transmissão aos sistemas isolados em 2005, totalizando 2.700km, o que corresponde a um aumento de 4,5% (classe de tensão maior igual a 69 KV).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os Sistemas Isolados caracterizam-se pela insuficiência de oferta de energia e pela baixa qualidade no atendimento das necessidades de energia elétrica. A ampliação da oferta de energia elétrica e a melhoria da qualidade dos serviços podem ser obtidas pela integração dos principais mercados isolados, Acre, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso e Amapá, ao Sistema Interligado Nacional.

Nas pequenas comunidades localizadas neste sistema, o parque gerador é composto de unidades dieselétricas, com atendimento parcial, elevados custos de operação e manutenção associados às dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente em períodos de águas baixas. Além disso, o perfil dos consumidores, caracterizado por baixa renda, bem como cultura e hábitos diferenciados, requer a adoção de medidas específicas no processo de universalização do uso da energia elétrica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Ampliação, revitalização e manutenção da geração: os parques geradores dos sistemas isolados foram ampliados e mantidos para assegurar a oferta de energia elétrica. Em Manaus e Macapá, houve a instalação de novas plantas termelétricas. Foram realizadas também manutenções no parque gerador de Manaus e, no interior do Estado do Amazonas, a Companhia Energética do Amazonas (CEAM) executou um programa de revitalização das suas unidades geradoras. Também foram revitalizadas 63 unidades geradoras, sendo 18 unidades do fabricante ALCO, 20 da General Motors –(GM) e 25 da Cummins, totalizando, aproximadamente, 80MW.
- Expansão do sistema de transmissão Acre-Rondônia.
- Em Rondônia, avançam as obras para implantação da Linha de Transmissão Ji-Paraná - P.Bueno - Vilhena, com cerca de 280km de extensão. Foram realizados os serviços de topografia, as medições de resistividade do solo e a implantação dos canteiros de obras necessários para cobrir toda a extensão da linha. As subestações de Pimenta Bueno e Vilhena também tiveram suas obras iniciadas. A integração do mercado da Região Centro-Sul ao Sistema de Transmissão Acre - Rondônia permitirá a desativação de usinas térmicas das Centrais Elétricas de Rondônia (CERON), aumentando a confiabilidade e a qualidade do atendimento, além de reduzir os custos operacionais.
- No Estado do Acre, está em implantação a Linha de Transmissão Rio Branco - Epitaciolândia, com 194km de extensão. Foram realizados os

serviços de topografia, medição da resistividade do solo e levantamento planialtimétrico. A integração dos Municípios de Senador Guiomar, Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia e Brasília ao Sistema de Transmissão Acre-Rondônia proporcionará, também, a desativação de pequenas usinas termelétricas, melhorando a qualidade do atendimento e a redução dos custos operacionais.

- Ampliação e manutenção das redes de distribuição: No interior do Estado do Amazonas foram construídos 91km de redes de distribuição nas cidades de Rio Preto da Eva, Manacapuru, Novo Aripuanã, Itacoatiara, Itapiranga, Tabatinga, Apuí, Carauari, Itamarati e Elvira, entre outras. Em Manaus foram construídos 150km, permitindo a ligação/regularização de aproximadamente 35 mil consumidores. Em Boa Vista foram 25km de redes, permitindo a ligação/regularização de 3.600 consumidores. Ainda quanto à distribuição, foram adquiridos pelas empresas vários equipamentos e materiais de distribuição, além de medidores de energia, o que viabilizará as manutenções nos sistemas, melhorando a confiabilidade das redes, proporcionando melhor atendimento e reduzindo as perdas técnicas e comerciais.
- Além dos resultados mencionados, encontra-se em andamento:
 1. No Sistema de transmissão de Manaus: um conjunto de obras de sub-transmissão para ampliação da capacidade de transporte de energia elétrica à cidade de Manaus. São linhas de transmissão em 69kV e subestações associadas, que permitirão ampliar e reforçar o transporte da energia gerada pelo atual parque gerador e, também, para permitir a integração das novas usinas termelétricas que estão sendo instaladas. Dentre as linhas construídas destacam-se as LTs Mauá - Cachoeirinha, Cachoeirinha - Aparecida e Mauá - São José Variante I. Das que estão em andamento evidenciam-se Distrito Industrial – Manaus, Mauá - São José Variante II, Manaus - Flores, Aparecida - Ponta do Ismael, Mauá - Cidade Nova – (são aproximadamente 55km de linhas em todo o Município). Associadas às linhas que estão sendo incorporadas ao sistema elétrico de Manaus estão as subestações (SE) abaixadoras, com destaque para a SE Santo Antônio, concluída em 2005, com 53MVA de capacidade instalada. Praticamente todas as subestações de Manaus estão sendo adequadas para comportar essa ampliação do sistema de transmissão, que permitirá maior qualidade e confiabilidade do atendimento.
 2. No Sistema de transmissão do Amapá: estão sendo executadas as obras de implantação das LTs de 69kV Santana - Santa Rita e Equatorial - Santa Rita, totalizando aproximadamente 20km, que proporcionarão uma melhoria no atendimento à cidade de Macapá. As obras de fundações e concretagem das bases estão concluídas e a montagem das torres e lançamento de cabos estão em andamento. As subestações associadas às obras de transmissão também estão em construção.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, foi observado lentidão nas autorizações das licenças.

Há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações e a liberação dos recursos, prejudicando a execução da programação física das ações.

Os cortes orçamentários decorrentes da Lei n.º 11.231, de 22 de dezembro de 2005, e a aprovação dos créditos suplementares apenas no final do ano comprometeram parcialmente os resultados do programa.

Em 2005, foi registrada uma das maiores estiagens da história na região amazônica, o que comprometeu, significativamente, o deslocamento das equipes e o transporte de material e equipamentos para a execução das ações, pois o transporte fluvial é um importante recurso utilizado na região.

A região possui características peculiares com grandes dificuldades de deslocamentos e acesso a determinadas localidades. Assim, há problemas de logística para compra e distribuição dos recursos materiais necessários para a execução das ações.

O desafio de suprir em quantidade, confiabilidade e qualidade todos os sistemas isolados com energia elétrica é muito grande. A questão geográfica, a logística do suprimento de materiais, equipamentos e combustível, as elevadas taxas de crescimento da região e as características técnicas dos sistemas elétricos instalados na região são fatores que dificultam os trabalhos das concessionárias. Os resultados do programa foram considerados abaixo do esperado, apesar de não ter sido verificado no período nenhum desabastecimento de energia elétrica por escassez de oferta. Por outro lado, a expansão das redes de distribuição para atendimento e/ou regularização de consumidores poderia ter apresentado um resultado melhor, especialmente no Estado de Rondônia. Devem ser consideradas também como justificativas para o resultado abaixo do esperado o alongamento dos prazos de licitações por problemas legais inerentes ao próprio processo e, em alguns casos, a intempestividade dos créditos suplementares e contingenciamento orçamentário.

O quantitativo existente nas equipes executoras não é suficiente para a execução das ações, principalmente para aquelas voltadas para as atividades de ampliação e manutenção de redes de distribuição. Atualmente, pela simultaneidade de ações com outros programas relevantes do Plano Plurianual (PPA), como o Luz para Todos, os recursos humanos são compartilhados, prejudicando, em parte, o desempenho do programa. Além disso, a força de trabalho, formada por equipe própria e terceirizada, necessita de treinamento técnico para melhorar o desempenho das ações, principalmente na área de distribuição.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Avaliação da sistemática de inclusão de ações no Plano Plurianual (PPA), especificamente aquelas resultantes dos leilões promovidos pela Anele, a partir da flexibilização, se possível, da legislação no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e no Congresso Nacional, de forma a agilizar a aprovação do recurso orçamentário e permitir igualdade de competição entre agentes públicos (empresas federais) e agentes privados.
- Exclusão das seguintes ações:

1. 869I - Manutenção da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista – RR, cujas atividades serão incluídas na ação 4431 – “Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista”.
 2. 2793 - Manutenção do Parque Térmico de Geração de Energia Elétrica em Boa Vista (RR), visto que a atividade de geração está sendo desativada e não há previsão de execução para o ano de 2007.
- Inclusão das ações:
 1. Melhorias e Reforços nos Sistemas de Transmissão dos Sistemas Isolados.
 2. Ampliação da capacidade da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP) - 2ª Etapa - de 78 para 104MW.

GEOLOGIA DO BRASIL

OBJETIVO

Gerar e difundir informações geológicas e hidrogeológicas para subsidiar o planejamento do uso do solo e do subsolo e induzir o aumento dos investimentos no setor mineral.

PÚBLICO-ALVO

Empreendedores, pesquisadores, instituições governamentais e não-governamentais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 185.167.966,00	Empenho Liquidado: R\$ 153.870.738,00 Pago estatais: - Total: R\$ 153.870.738,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE COBERTURA DE LEVANTAMENTO GEOLÓGICO DO TERRITÓRIO NACIONAL

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 3 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 67,36%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Foi constatada a inadequação do indicador considerado, uma vez que não fixa a escala utilizada no levantamento. Se escalas da ordem de 1:500.000 ou menores fossem computadas, possivelmente a meta teria sido superada, mas não se teria o nível de informação requerido. A análise dos objetivos do programa indica a necessidade de trabalhar com 2 escalas: 1:250.000 na Região Amazônica, onde não se dispõem de condições efetivas para trabalhar com escalas maiores, e 1:100.000 no restante do País. Assim, ter-se-iam, necessariamente, ao menos 2 indicadores: Taxa de Cobertura de Levantamento Geológico na Região Amazônica - escala 1:250.000 e Taxa de Cobertura de Levantamento Geológico nas demais Regiões - escala 1:100.000. Considerando-se a forma atual, atingir o índice de 67,36% do território nacional é inexecutável.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A descontinuidade dos programas de levantamentos geológicos básicos do território nacional tem comprometido a atração de investimentos para a descoberta de novos

depósitos minerais, bem como a geração de informações básicas para o planejamento territorial. Por outro lado, a carência de estudos hidrogeológicos sistemáticos é fator limitante à planificação e à gestão do uso, conservação e preservação dos recursos hidrominerais. Existem equipes capacitadas em instituições, no âmbito do Ministério das Minas e Energia (MME), para retomar a execução dessas funções. Para tanto, é necessário reafirmar o papel do Estado como gerador do conhecimento geológico por meio da consolidação do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), conforme previsto na Constituição Federal (Art. 21, inciso XV e Art. 22, inciso XVIII) e Decreto 1.524 de 20 de junho de 1995.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em relação ao mapeamento geológico, os principais resultados alcançados em 2005 foram:

- Conclusão do levantamento geológico de 18 folhas na escala 1:100.000 e de 5 na escala 1:250.000, representando os primeiros frutos concretos da retomada dessa atividade, que ficou praticamente paralisada durante cerca de 20 anos.
- Conclusão do levantamento de 453.620km de perfis aerogeofísicos, principalmente na região amazônica.

Esse item, juntamente com o anterior, demonstra resultados que mostram o governo resgatando o compromisso de recuperação da infra-estrutura geológica necessária para planejar o desenvolvimento sustentável do País, especialmente no que diz respeito ao crescimento da indústria mineral;

O incremento no conhecimento geológico propiciado pelos trabalhos desenvolvidos em 2005 tem potencial para induzir, a curto e a médio prazo, um investimento em pesquisa mineral de, no mínimo, 5 vezes (relação reconhecida internacionalmente) todo o valor aplicado no mapeamento. Esse é o insumo básico para garantir a identificação de novas jazidas, sem as quais se coloca em risco a sustentabilidade de um setor que responde por mais de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro;

- Efetivação de convênios com diversas universidades para desenvolvimento de levantamentos geológicos, o que viabilizou a participação mais direta do universo acadêmico no processo.

Em relação aos Recursos hídricos - hidrogeologia e hidrologia constituem resultados alcançados pelo programa em 2005:

- Incremento de 12.780 registros no cadastro de poços de água subterrânea, contribuindo para fornecer melhores condições para o planejamento das políticas de abastecimento hídrico para as populações do semi-árido e outras áreas do país freqüentemente afetadas por crises decorrentes de estiagens prolongadas.
- Cadastramento de todos os poços dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e capacitação dos referidos Estados para o planejamento de disponibilidade de água em períodos de estiagem, facilitando a formulação de políticas de utilização, cobrança e outorga.
- Conclusão do cadastramento de grandes usuários de água no Estado de

São Paulo, permitindo embasar melhor as políticas de utilização, cobrança e outorga.

- Realização de convênio com o Estado de Pernambuco para monitoramento sistemático do nível hidrico dos açudes, iniciativa pioneira no País, que proporcionará uma gestão mais adequada dos escassos recursos hídricos daquele Estado.
- Efetivação do trabalho pioneiro de identificação de aluviões que possam disponibilizar água para desenvolvimento da agricultura familiar, viabilizado por novo convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).
- Desenvolvimento de ações de revitalização de poços por demanda da Petróleo Brasileiro (PETROBRAS) e do Ministério da Integração Nacional e algumas perfurações na região do semi-árido, por demanda de emendas parlamentares.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

No que se refere à concepção, o objetivo do programa desconsidera parte do trabalho desenvolvido, justamente a que impacta mais rápida e fortemente as comunidades das regiões trabalhadas (área de hidrologia). Também a definição atual do público alvo não abrange toda a clientela que se pretende atingir. Além disso, é necessário incluir ação específica referente aos trabalhos no campo da hidrologia, mantendo-se na estrita ambiência da sua área.

O elevado nível de contingenciamento incidente sobre as ações direcionadas para as atividades finalísticas e a incerteza sobre o que seria realmente possível utilizar até o final do exercício provocaram a perda de algumas oportunidades, que não podem ser compensadas com a liberação maciça de recursos no final de dezembro.

Pela restrição de recursos, principalmente no que diz respeito a investimentos, a infra-estrutura disponível para a implementação do programa é deficiente, em todos os níveis, principalmente em termos de recursos de informática e instrumental específico para o trabalho geológico, geralmente de custo elevado.

A equipe gerencial encontra-se comprometida com ações finalísticas, em função da indisponibilidade de pessoal adequadamente preparado. Além disso, o aumento acentuado na demanda de serviços, aliado à perda de pessoal especializado, em função de uma tabela salarial completamente defasada e da ausência de um plano de carreira que permita antever possibilidades de evolução, e à idade avançada do quadro de pessoal existente (média superior a 50 anos), dificultam o trabalho de campo e reduzem a possibilidade de investir em aperfeiçoamento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Revisão do Indicador: a análise dos objetivos do programa indica a necessidade de trabalhar com 2 escalas: 1:250.000 na região amazônica, onde não existem condições efetivas para trabalhar com escalas maiores

e 1:100.000 no restante do país. Dessa forma, recomenda-se a inclusão dos indicadores: Taxa de Cobertura de Levantamento Geológico na Região Amazônica - escala 1:250.000 e Taxa de Cobertura de Levantamento Geológico nas demais Regiões - escala 1:100.000.

- Alteração na descrição da ação 2397 – “Levantamentos Hidrogeológicos”, que passará a conter a expressão “cadastramento de fontes de água subterrânea”.

GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 233.048.058,00	Empenho Liquidado: R\$ 81.354.533,00 Pago estatais: R\$ 35.143.727,00 Total: R\$ 116.498.259,00
Previsto não orçamentário R\$ 1.500.000,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos na área de energia.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Na geração de energia elétrica, foram realizados 3 leilões que visaram a garantir a contratação de energia descontratada, conhecida como energia “velha”, reduzindo os riscos das empresas de geração. Foram negociados 177.371.856 MWh em contratos, a maioria de 8 anos, com início do suprimento entre 2006 e 2009, a preços que variaram entre R\$ 62,95 e R\$ 94,91, resultando em uma negociação de R\$ 15 bilhões.
- Em dezembro de 2005, foi realizado o primeiro leilão de energia nova, quando foram comercializados 494.650GWh cujos preços variavam entre R\$ 106,95 e R\$ 132,26.. Foram arrematados 7 novos empreendimentos hidrelétricos, somando 776,4MW, e 7 térmicos, totalizando 998,72MW. Complementaram o leilão, com 2.302MW médios, outras 15 usinas hidrelétricas e 22 térmicas, que iniciaram a operação a partir de 2000 e não tiveram sua energia contratada.

- Na transmissão, realizou-se um leilão de concessão de linhas, onde foram investidos cerca de R\$ 2,875 bilhões, correspondentes a 3.056km de novas linhas contratadas com um deságio de cerca de 40% sobre os preços estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).
- A Empresa de Pesquisa Energética –(EPE), criada em 2004, tornou-se responsável pela realização dos diversos estudos relativos ao planejamento energético nacional, a saber: Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica, Avaliação Ambiental de Empreendimentos para o leilão de energia nova, Cálculo de Garantias Físicas de Empreendimentos, Análise dos Estudos de Viabilidade dos empreendimentos para o leilão de energia nova, Estudos de Transmissão para a definição das linhas a serem licitadas, Balanço Energético Nacional 2004/2005, entre outros.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

As principais restrições relacionadas ao programa em 2005 foram:

- A insuficiência de recursos humanos qualificados dificultou o acompanhamento das atividades das diversas ações.
- Os trâmites legais e processuais necessários para operacionalizar determinados convênios demandam tempo demasiadamente longo, prejudicando a execução das ações.
- Alguns empreendimentos programados não puderam participar dos leilões por dificuldades no processo de licenciamento ambiental.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A criação e a operacionalização da EPE como extensão operacional do Ministério das Minas e Energia (MME) na execução dos estudos do planejamento energético nacional garantem os excelentes resultados e o sigilo das informações que, na posse de agentes do mercado, poderiam trazer prejuízos ao setor elétrico.

RECOMENDAÇÕES

- Redefinição dos campos finalidade, descrição e detalhamento das ações 6907 – “Planejamento do Setor Elétrico” e 4897 – “Planejamento do Setor Energético”, visto que, na última revisão, sofreram diversas alterações, sem que houvesse tempo hábil para melhorar tais atributos.
- Reativação da ação “Estudos para Integração Energética com os Países da América Latina”.
- Inclusão da UO 32224 nas ações 6508 – “Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica” e 6510 – “Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica”.

GESTÃO DA POLÍTICA MINERAL

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de mineração.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 13.564.900,00	Empenho Liquidado: R\$ 10.694.108,00 Pago estatais: - Total: R\$ 10.694.108,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A falta de investimentos e de mecanismos de planejamento estratégico setorial tem comprometido o desenvolvimento do setor mineral, trazendo como consequência pouca contribuição para a solução dos graves problemas econômicos e sociais. A desestruturação do setor público é um dos fatores de desestímulo aos investimentos na mineração brasileira, da perda de competitividade, do aumento da informalidade e da baixa arrecadação.

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos. O programa de gestão de políticas públicas foi instituído visando especificamente a enfrentar tal desafio, compreendendo o conjunto de ações de planejamento, formulação de políticas setoriais e de seus programas, a avaliação de resultados, a correção de rumos e, ainda, o apoio à execução das ações finalísticas, de forma harmônica e sinérgica, pelos diversos agentes, sejam eles públicos ou privados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Execução de estudos magnetométricos e gamaespectométricos, visando à avaliação do potencial mineral do Estado de Goiás.

- Realização de cursos de capacitação empresarial para os mineradores de agregados para a construção civil em 50 cidades brasileiras sobre adequação tecnológica de processos produtivos, minimização de impactos ambientais e convivência harmônica com a expansão urbana, cenário legal, institucional e tributário da atividade produtiva de agregados e caracterização geológico-econômica das jazidas, em parceria com o Centro Tecnológico de Minas Gerais.
- Cumprimento de 12 cursos sobre noções de geodésia, cartografia básica digital, Sistemas de Informações Geográficas (SIG), interpretação de imagens aplicadas ao mapeamento e gestão de recursos minerais, atualização em legislação mineral, ambiental e de recursos hídricos, avaliação e classificação de recursos e reservas minerais e sua aplicação nos procedimentos de análise de relatórios de pesquisa, avaliação técnica e econômica de projetos mineiros e interpretação de dados aerogeofísicos, realizados em parceria com a Agência Brasileira para o Desenvolvimento Tecnológico do Setor Mineral.
- Realização de cursos sobre mineração e meio ambiente, em apoio ao Centro de Controle da Poluição em Mineração (CECOPOMIN).
- Execução do estudo para a formalização da produção mineral, em parceria com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa, da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Além disso, em 2005, todas as áreas oneradas na base do DNPM foram disponibilizadas para consulta na Internet, facilitando novos requerimentos, diminuindo o número de indeferimentos por interferências de áreas e permitindo um maior controle social das ações da Autarquia.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A principal razão para o não-cumprimento das metas físicas foi o contingenciamento de recursos. No tocante à ação “Capacitação para a Mineração Sustentável”, o remodelamento dos cursos permitiu superar em 430% a meta física prevista.

A falta de sincronismo entre fluxo de recursos e os cronogramas físico-financeiros prejudicou parte significativa da execução física, principalmente das ações 7064 – “Modernização Tecnológica e da Gestão do DNPM” e 4887 – “Estudos para o Planejamento do Setor Mineral”.

Há grande dificuldade para a obtenção das informações quanto à ação 7064 – “Modernização Tecnológica e da Gestão do DNPM” e do localizador 32263 da ação 4887 – “Estudos para o Planejamento do Setor Mineral”, cuja responsabilidade de execução é do DNPM.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No mês de julho foi concluído o projeto básico da nova sistemática de outorga, que será implantada no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em meados de 2006, após a aprovação de algumas mudanças legais, permitindo a outorga de alvarás de pesquisa em tempo real pela Internet. A nova sistemática deverá conter aspectos tais como: novo sistema de controle de áreas, alterações no código de mineração necessárias com vistas a modernizar e simplificar as outorgas minerais, a desburocratizar os procedimentos, a eliminar conflitos,

a aumentar a segurança e a imprimir maior transparência aos procedimentos dessas outorgas.

Atualmente, está sendo ultimada a depuração da base de dados (132.207 processos depurados), que revelava um conjunto de inconsistências, e a unificação da operação do Cadastro Mineiro, principal programa de controle dos títulos de outorga, com o objetivo de dar segurança ao futuro sistema.

Ainda no contexto da modernização da gestão, está em curso o desenvolvimento de um projeto de reestruturação institucional com a revisão, além da outorga, dos demais macro-processos decorrentes das atribuições legais da Autarquia, como fomento ao setor mineral, fiscalização, arrecadação e administração e outros.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

OBJETIVO

Ampliar a oferta de produtos da indústria petroquímica nacional para atendimento ao mercado.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de produtos petroquímicos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 6.573.554,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R\$ 2.996.359,00 Total: R\$ 2.996.359,00
Previsto não orçamentário R\$ 200.700.000,00	Realizado não orçamentário R\$ 56.862.221,00

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA CAPACIDADE INSTALADA DE POLIETILENOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 7 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 25,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Em 2006, com a entrada em operação da Rio Polímeros S.A. (Riopol) a estimativa desse índice é de 24,8%, e a probabilidade de que permaneça neste patamar é alta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os investimentos na área petroquímica têm como objetivo principal ampliar a oferta de produtos básicos petroquímicos para atendimento ao mercado. Em resposta à preocupação do Governo com a petroquímica, a Petróleo Brasileiro (PETROBRAS) vem mostrando interesse em investimentos no setor, participando em diversas empresas da área, expandindo seletivamente sua atuação no mercado petroquímico brasileiro e do Cone Sul, tendo como focos de desempenho global o crescimento, a rentabilidade e a responsabilidade social e ambiental.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implantação do Pólo Gás-Químico no Rio de Janeiro, localizado no Município de Duque de Caxias. A Rio Polímeros S.A. Riopol iniciou operação em novembro, tendo como matéria-prima o etano e o propano extraídos do

gás natural da Bacia de Campos, e tem capacidade para produzir 540 mil toneladas de polietilenos e 75 mil toneladas de propeno por ano, utilizando como matérias-primas o etano e o propano extraídos do gás natural da Bacia de Campos.

Em 2005, a Petroquisa aportou 57 milhões no projeto. O investimento total realizado para o empreendimento foi de aproximadamente R\$ 3,3 bilhões. O controle acionário da Riopol é dividido entre a Petrobras Química (PETROQUISA) (16,7%), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações (BNDESPAR) (16,7%) e os grupos privados nacionais Unipar (33,3%) e Suzano (33,3%).

- Modernização do sistema de produção de uréia e amônia das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN) da Bahia e de Sergipe. O escopo desse empreendimento consiste em implantar o Sistema Digital de Controle Distribuído (SDCD) e Programador Eletrônico Programável (PES) nas Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados de Camaçari, BA e Laranjeiras, SE, para aumentar a segurança e a confiabilidade das plantas.

Foram finalizadas e aprovadas as fases de planejamento do negócio e projeto conceitual. A contratação do projeto básico já foi licitada e a data prevista para a conclusão do empreendimento é dezembro de 2009.

- Manutenção da infra-estrutura operacional do Parque Petroquímico de Triunfo (RS).

A Petroquímica Triunfo é uma empresa de segunda geração do Pólo Petroquímico do Sul, que busca promover o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social. Sua planta é composta de duas unidades de polimerização com capacidade instalada de 160 mil toneladas/ano de Polietileno de Baixa Densidade (PEBD), Copolímero de Etileno e Acetato de Vinila (EVA) e misturas diversas. Essa ação tem como objetivo atender às indústrias de transformação. O PEBD chega ao mercado consumidor em forma de embalagens plásticas, destinadas ao acondicionamento de produtos alimentícios, adubos, produtos descartáveis e outros. Já o EVA é utilizado na produção de embalagens multicamadas para alimentos congelados, embutidos, carnes e também na fabricação de placas expandidas e solados de borracha. Suas vendas são, em maior parte, destinadas ao mercado interno, mas uma expressiva fatia também é direcionada ao mercado internacional, merecendo destaque os países que formam o bloco econômico do Mercosul.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa está com seu andamento dentro do esperado, e não houve restrições relevantes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Inclusão das seguintes ações:

- Implantação de Unidade de Polipropileno, com capacidade produtiva de 300 mil toneladas/ano.
- Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com capacidade produtiva de 1,23 milhão de toneladas/ano.
- Implantação de Unidade de Polieteno Tereftalato, com capacidade produtiva de 550 mil toneladas/ano.
- Implantação de Complexo Acrílico/SAP, com capacidade produtiva de 160 mil toneladas/ano.
- Implantação de Unidade de Petroquímicos Básicos, com capacidade produtiva de 2,26 milhões de toneladas/ano.

LUZ PARA TODOS

OBJETIVO

Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo, residentes no meio rural e atender a demandas comunitárias de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento de água, por meio de extensão de redes ou atendimento descentralizado.

PÚBLICO-ALVO

População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, sistemas de bombeamento de água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 440.493.982,00	Empenho Liquidado: R\$ 23.201.057,00 Pago estatais: R\$ 126.825.671,00 Total: R\$ 150.026.728,00
Previsto não orçamentário R\$ 1.393.000.000,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL – NACIONAL

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 79 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Problemas enfrentados no início do processo de negociação e na formulação dos contratos com os agentes executores e com os Estados contribuíram para que o programa ganhasse ritmo apenas a partir de 2005. Espera-se alcançar o índice estipulado para 2007, desde que as ações propostas para as regiões Norte e Nordeste sejam bem sucedidas.

2. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO NORTE

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 47 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 82

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Problemas enfrentados no início do processo de negociação e na formulação dos contratos com os agentes executores e com os Estados contribuíram para que o

programa ganhasse ritmo apenas a partir de 2005. Para garantir o alcance do índice determinado para 2007, o programa vem desenvolvendo uma série de ações, como a maior participação do Governo Federal na alocação de recursos e o maior apoio das empresas do grupo Eletrobrás aos agentes executores com mais dificuldades no cumprimento de suas metas.

3. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO SUDESTE

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 94 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Problemas enfrentados no início do processo de negociação e na formulação dos contratos com os agentes executores e com os Estados contribuíram para que o programa ganhasse ritmo apenas a partir de 2005. Almeja-se o cumprimento do índice estipulado para 2007.

4. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 88 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 98

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Problemas enfrentados no início do processo de negociação e na formulação dos contratos com os agentes executores e com os Estados contribuíram para que o programa ganhasse ritmo apenas a partir de 2005. A expectativa é de que se cumpra o índice previsto para 2007.

5. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO SUL

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 93 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Problemas enfrentados no início do processo de negociação e na formulação dos contratos com os agentes executores e com os Estados contribuíram para que o programa ganhasse ritmo apenas a partir de 2005. A expectativa é que se cumpra o índice estipulado para 2007.

6. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO NORDESTE

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 73 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 93

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Problemas enfrentados no início do processo de negociação e na formulação dos

contratos com os agentes executores e com os Estados contribuíram para que o programa ganhasse ritmo apenas a partir de 2005. Para garantir o alcance do índice estipulado para 2007, o programa vem desenvolvendo uma série de ações, como, por exemplo, maior participação do Governo Federal na alocação de recursos e maior apoio das empresas do grupo Eletrobrás para os agentes executores com maiores dificuldades no cumprimento de suas metas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 2003, existiam no Brasil 2,5 milhões de domicílios sem acesso à energia elétrica, sendo 80% localizados na área rural, resultando em mais de 10 milhões de brasileiros excluídos dos benefícios da eletricidade. A regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que define metas de universalização para cada Município do país, estabelece como limite nacional para o completo atendimento o ano de 2015. A dificuldade e o custo da prestação do serviço definem, dentro de cada área de concessão, o prazo para efetivar o atendimento e, assim, dada sua localização mais adversa e a baixa expectativa de demanda, parte da população mais carente seria contemplada somente no final do prazo limite estipulado pela Aneel. O programa Luz para Todos está antecipando estas metas por meio do estabelecimento de mecanismos institucionais e financeiros adequados, além de promover ações integradas de desenvolvimento local/rural. O fornecimento de energia elétrica às regiões rurais não-atendidas contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e para a criação de novas oportunidades de emprego, favorecendo a fixação do homem no campo em condições mais dignas. Busca-se, portanto, reduzir as desigualdades regionais e garantir a inserção social e a cidadania, além de ações de promoção do desenvolvimento sustentável e do aumento da produção/renda.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Foram assinados 34 contratos entre o Governo Federal, representado pela Eletrobrás, e os agentes executores para realização das obras de eletrificação rural, totalizando 92 contratos assinados desde 2004. Estes contratos possibilitaram o atendimento de 448.567 domicílios até dezembro de 2005, sendo 378.568 somente em 2005, beneficiando 2.242.835 pessoas e gerando mais de 95.000 empregos.
- Em cumprimento ao Acórdão nº 598/2003 do Tribunal de Contas da União (TCU), estão sendo instalados e revitalizados sistemas fotovoltaicos em localidades isoladas sem acesso à energia convencional, por intermédio de convênios celebrados com empresas regionais.
- Além das ações de eletrificação rural, o programa promoveu a integração de ações com diversos parceiros, destacando-se os acordos de cooperação com os Ministérios da Ciência e Tecnologia, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Educação, Saúde, Desenvolvimento Agrário, Defesa, e Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Banco do Brasil, a fim de que os diversos programas sociais chegassem às comunidades, potencializando seus benefícios com o uso da energia elétrica.
- Foram implementados cerca de 200 centros comunitários de produção e 100 poços d'água, visando à promoção do uso produtivo da energia.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A programação para o exercício de 2005 foi restringida, a fim de adequá-la à previsão orçamentária disponibilizada para o exercício. Com isso, as atividades relativas à revitalização de sistemas fotovoltaicos não foram atendidas em sua totalidade, restringindo-se a apenas 70% dos sistemas fotovoltaicos energéticos e uma pequena parcela relativa a 10% dos sistemas de bombeamento de água instalados. Também deixaram de ser executadas outras ações complementares, necessárias à implementação do programa, tais como o apoio à implementação de projetos de atendimento a comunidades isoladas, utilizando fontes renováveis de energia que serviriam para orientar a ação do programa no atendimento em larga escala a estas comunidades.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O programa Luz Para Todos possui em cada Estado um Comitê Gestor Estadual, formado por até 9 membros, incluindo representantes do Ministério das Minas e Energia (MME), do Governo Estadual, dos Prefeitos, dos agentes executores e, dependendo da realidade de cada Estado, de instituições que representem sua sociedade. Uma das atribuições desse comitê é a definição das obras a serem priorizadas no programa. Assim sendo, o Comitê contribui também para a definição das obras e instalações prioritárias.

O programa dispõe, ainda, de um Manual de Operacionalização, que apresenta todo o seu processo de funcionamento e define as responsabilidades dos diversos atores, permitindo que sua execução ocorra em um ambiente de transparência e segurança. Sua execução se dá de forma descentralizada por meio de seus Comitês Gestores Estaduais, permitindo maior agilidade no processo de tomada de decisão.

O programa busca a integração de ações e a articulação de políticas e programas governamentais, fundamentadas na construção de parcerias, na soma de orçamentos e na coordenação de calendários de execução de obras e atividades nas comunidades atendidas, constituindo-se em um espaço de diálogo e negociação para a construção coletiva de projetos de desenvolvimento das populações beneficiadas. Esta estratégia está detalhada no seu Plano de Ações Integradas.

RECOMENDAÇÕES

- Criação de um indicador que represente o número de domicílios atendidos por região e nacional.
- Alteração do título da ação 9642 para “Promoção da Universalização do Acesso à Energia”.

MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento racional, seguro e ambientalmente sustentável da produção mineral.

PÚBLICO-ALVO

Mineradoras, investidores, instituições governamentais e não-governamentais e comunidades direta ou indiretamente relacionadas às atividades de minerais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 90.220.903,00	Empenho Liquidado: R\$ 80.069.397,00 Pago estatais: - Total: R\$ 80.069.397,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUÇÃO MINERAL

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 119,2 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 131,08

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Passados dois anos do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, o índice apurado em 2005 (119,2) representa 61,78% da meta prevista para o quadriênio, o que confirma as estimativas preliminares do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) quanto a eventual crescimento do setor mineral e sua capacidade de geração de emprego e elevação da renda. Portanto, a meta estabelecida é factível de ser atingida, podendo inclusive vir a ser superada.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 104,4 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 106,14

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), decorridos dois anos do PPA 2004-2007, o índice acumulado representa 65,8% da meta prevista para o quadriênio. Assim, a meta estabelecida é factível de ser atingida, podendo inclusive vir a ser superada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A progressiva desestruturação do aparelho institucional do Estado, aliada à evolução das demandas jurídicas, sociais e ambientais, tem comprometido sobremaneira o exercício eficiente de suas atribuições nessa área: outorga, fiscalização, desenvolvimento mineral, arrecadação e monitoramento ambiental das áreas de mineração.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O notável desempenho do setor mineral apresentou índices de crescimento, em valor da produção, de 11,4% em 2004, e 119,2% em 2005, em relação ao exercício de 2003.
- O expressivo aumento na arrecadação, consubstanciado na Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), que alcançou o equivalente ao valor de R\$ 406 milhões, apresentando uma evolução de 24,52% em relação a 2004 e na Taxa Anual por Hectare (TAH), que atingiu R\$ 39,2 milhões, equivalentes a 32,9 milhões de hectares outorgados para pesquisa mineral, revela um crescimento de 70% em relação ao período anterior.

Este resultado tornou-se possível por força do reajuste no valor da taxa, que esteve congelado por mais de oito anos, bem como em decorrência do aumento da superfície onerada e, por fim, da melhoria dos procedimentos de controle, com a implantação de sistemas informatizados, permitindo aplicar sanções aos devedores e contribuindo com a redução da inadimplência.

Além disso, foi dada continuidade aos trabalhos iniciados em 2004, de regularização da mineração em áreas de atividade informal e regiões de conflitos entre empresas e garimpeiros. Em 2005, foram incluídas na programação áreas dos Estados de Sergipe, Alagoas, Paraíba e Espírito Santo e no garimpo de Juína/MT, além da fiscalização e combate à atividade irregular de garimpagem verificada em reservas indígenas no Estado de Rondônia.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Em relação à concepção do programa, entende-se que é necessário o aprimoramento da descrição dos objetivos do programa, substituindo o caráter de problema para descrever uma demanda social atribuída à instituição na gestão dos recursos minerais.

Além disso, os dois indicadores, Índice da Produção Mineral e Índice de Pessoal Ocupado na Indústria Extrativa Mineral, utilizam indicadores externos para medir os resultados do programa. Acredita-se ser necessária a formulação de um terceiro indicador, em que os resultados do programa sejam um reflexo direto dos resultados de suas ações. As próprias ações necessitam ter seus produtos mais bem definidos e, em consequência, metas mais realistas, que contribuam efetivamente e estejam relacionadas diretamente com os indicadores do programa.

Em relação à sua implementação, as fontes que promovem o financiamento do Programa Mineração e Desenvolvimento Sustentável são:

- Fonte 141 - Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM): Composição orçamentária 2005 - R\$ 18,8 milhões (65%).
- Fonte 174 - Taxa Anual por Hectare e Multas dela decorrente, Emolumentos: Composição orçamentária 2005 - R\$ 9,9 milhões (34,2%).
- Fonte 250 - Taxa de Ressarcimento de Vistoria e outras Multas: Composição orçamentária 2005 - R\$ 242 mil (0,8%).

Os limites por fonte de recursos previamente definidos pelos órgãos superiores dificultam sua destinação, tendo em vista as necessidades do programa. Atualmente, os recursos arrecadados com Taxa Anual por Hectare e Emolumentos estão classificados como: 1000.00.00 - Receitas Correntes, Tributárias e 1121.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia, Fonte 0174.

Muito embora as duas receitas tenham amparo na Lei nº 9.314/1996, com nova redação dada ao art. 20, Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), quando foram criadas a receita Emolumento e a receita Taxa Anual por Hectare, incisos I e II, respectivamente, houve a fusão das duas receitas na mesma fonte indevidamente, o que sem dúvida traz prejuízo para a execução financeira do DNPM.

O estabelecimento da obrigatoriedade dos recolhimentos a título de emolumentos tem o caráter de transferir o custeio do processo de emissão e manutenção de um título minerário ao titular do requerimento, onerando, portanto, o interessado por sua inteira iniciativa, responsabilidade e risco, que se inicia com o requerimento de pesquisa e tem sua conclusão na publicação do alvará de pesquisa ou no indeferimento do requerimento por razões previstas no Código de Mineração. A redação anterior à mudança determinada pela Lei nº 9.314/1996 era seguinte: “Art. 20. (...) § 2º encontrando-se livre a área objetivada, e satisfeitas as exigências deste Código, o DNPM expedirá ofício ao requerente convidando-o a efetuar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua publicação no Diário Oficial da União, o pagamento das despesas inerentes à publicação do alvará de pesquisa, devendo apresentar no mencionado órgão, no mesmo prazo, o respectivo comprovante.” Desta forma, a não-cobrança da taxa de administração para emissão de um título poderia se traduzir na intenção de internalizar o custo do título, o que poderia significar um subsídio social à atividade mineral. Logo, entende-se que a receita decorrente de emolumentos se encontra inadequadamente registrada na fonte 174, a qual deveria ser caracterizada como receita própria da Autarquia DNPM, com classificação 1600.00.00 - Receita de Serviço, fonte 0250.

O contingenciamento orçamentário no momento da realização da Programação Anual de Trabalho exerceu um papel desmotivador, principalmente, para os gestores de ações cuja implementação se realiza de forma indireta, por meio de contratação de serviços ou de convênios. Nas ações com implementação direta, o contingenciamento dificultou a realização da programação.

Os processos licitatórios e de celebração de contratos e convênios, extremamente burocráticos, comprometem sobremaneira a dinâmica e sincronização das execuções dos cronogramas físicos dos projetos.

A lentidão no processo de licenciamento ambiental compromete a emissão das portarias de lavra, comprometendo o pleno desenvolvimento do setor mineral à

medida que impede a abertura de novas minas e, conseqüentemente, a geração de emprego e renda. Também há necessidade de atualização do marco regulatório, o Código de Mineração, para permitir maior celeridade, transparência e segurança dos processos de outorga.

Há restrições de recursos humanos e infra-estrutura, pois faltam cargos de direção superior em quantidade suficiente.

A sede do DNPM, em Brasília, sem reformas há mais de 30 anos, necessita de obras, orçadas em R\$ 10 milhões.

Algumas unidades estaduais do DNPM apresentam insuficiência de recursos materiais, tais como: veículos para atividade de campo, equipamentos de fiscalização e equipamentos laboratoriais. Além disso, várias unidades regionais, que foram em 1994 guinadas à condição de Distrito quando da criação da Autarquia DNPM, necessitam construir suas sedes ou reformar as que possuem, a exemplo do 12º Distrito – MT, em que a construção da sede foi estimada em R\$ 2,5 milhões, e do 3º Distrito – MG, cuja reforma foi calculada em R\$ 3 milhões.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Criação de indicador que mensure a razão entre a produção mineral e a arrecadação da compensação financeira.

OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

OBJETIVO

Aumentar a oferta de petróleo e gás natural ao mercado, de forma a reduzir a dependência externa, observando os padrões de segurança e as exigências ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de petróleo, gás natural e derivados de petróleo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 15.050.803.984,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R\$ 13.547.351.632,00 Total: R\$ 13.547.351.632,00
Previsto não orçamentário R\$ 1.690.000.000,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. VOLUME DE ÓLEO DERRAMADO (VOD)

Unidade de medida: m³

Último índice apurado: 84 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 36

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Após a elaboração do Plano Plurianual (PPA), houve uma mudança na forma de cálculo desse indicador, que passou a computar valores antes não considerados. Assim, reduziu-se a probabilidade de alcance da meta originariamente fixada. Em 2005, foram registradas duas ocorrências anormais, uma na Bahia e outra na Bacia de Campos.

2. PRODUÇÃO MÉDIA DE ÓLEO E LÍQUIDO DE GÁS NATURAL

Unidade de medida: Mil barris por dia

Último índice apurado: 1684 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 2.140

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O Plano Estratégico PETROBRAS 2006-2010 fixa meta de produção de óleo e líquido de gás natural (LGN) em 2.300 mil barris por dia em 2010 e contempla a implantação de 15 novos grandes projetos de desenvolvimento da produção de óleo e 2 de gás até 2008.

3. PRODUÇÃO MÉDIA DE GÁS NATURAL

Unidade de medida: Milhão de m³ por dia

Último índice apurado: 46,7 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A produção de gás natural cresceu 4,8% em 2005. Dois grandes projetos de produção de gás entraram em operação na Bahia, a UPGN III de Catu (2,5 milhões m³/dia) e o projeto Gás Natural em terra (500 mil m³/dia), na Bacia de Tucano Sul.

4. TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTADOS COM AFASTAMENTO (TFCA)

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 0,89 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 0,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Foram implementadas, no decorrer de 2005, várias ações com vistas a promover melhorias na cultura de segurança. Destacam-se a continuação do Programa de Auditorias Comportamentais, a implantação estruturada da Avaliação e Gestão de Riscos e de Gestão de Mudanças, ferramentas com foco em segurança na área de Operação e Manutenção, os Programas de Reforço para Mobilização em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) e o Programa Supervisão sem Fronteiras para supervisores de linha com foco em SMS.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A participação do gás natural, do petróleo e dos seus derivados é muito elevada na matriz energética nacional, mesmo com a crescente busca por energias alternativas. A forma de suprir a demanda progressiva nos próximos anos é o aumento da oferta de petróleo e gás natural no mercado interno, buscando reduzir cada vez mais a dependência externa, evitando assim o risco na redução de oferta de derivados que levaria ao racionamento e à redução da atividade econômica nacional.

Com excelência operacional e responsabilidade social e ambiental, a Petróleo Brasileiro (PETROBRAS) buscou fortalecer suas atividades em águas profundas e ultraprofundas e aproveitar as oportunidades rentáveis em águas rasas e áreas terrestres. Ao mesmo tempo em que investiu na otimização de campos maduros, a companhia intensificou a exploração de novas fronteiras, a fim de garantir uma relação sustentável entre produção e reservas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O Crescimento de 12,8% da produção nacional de petróleo e LGN em 2005 deixaram o País próximo da auto-suficiência. A PETROBRAS produziu 1.684 mil barris por dia - bpd de óleo, LGN e condensado no Brasil.

Quatro grandes projetos contribuíram para elevar a produção. Além da plataforma P-48, com capacidade para produzir 150 mil bpd, que entrou em atividade no campo de Caratinga, na Bacia de Campos, houve também a produção da FPSO-

MLS (100 mil bpd) e da P-43 (150 mil bpd), que operavam, respectivamente, desde junho e dezembro de 2004, em Marlim Sul e Barracuda, e que aumentaram sua produção. Contou-se, ainda, com o aumento de produção da UPGN-3, em atividade desde junho de 2004, em Urucu (AM). Em reforço à produção no campo de Marlim, a PETROBRAS pôs em atividade, em novembro, a P-47, com capacidade para o tratamento de 150 mil bpd de óleo cru. Vários recordes de produção sinalizaram a proximidade da auto-suficiência. Em 19 de dezembro, a PETROBRAS produziu 1.857,4 mil barris.

- Declaração de comercialidade de 8 novos campos de óleo e gás. Destacam-se o campo gigante de Papa-Terra, no sul da Bacia de Campos, com volume recuperável de até 1 bilhão de barris de óleo equivalente (boe) e a nova acumulação de óleo, descoberta no Campo de Marlim Leste na Bacia de Campos, localizada em camadas geológicas mais profundas.

Outros destaques no mar foram os campos de Uruguá e de Tambaú, na Bacia de Santos, que somam mais de 270 milhões de boe de volume recuperável de óleo leve e gás natural, e o campo de Canapu na Bacia do Espírito Santo.

- As reservas provadas de óleo, condensado e gás natural da PETROBRAS no Brasil alcançaram 13,232 bilhões de boe, pelo critério ANP/SPE, registrando aumento de 1,6% em relação a 2004. Durante o ano, foram incorporados 882 milhões de boe às reservas, enquanto o volume produzido foi de 673 milhões de boe. Com isso, o índice de reposição de reservas provadas (IRR) chegou a 131,1%, e a relação reserva/produção (R/P) é de 19,7 anos.
- A TFCA da força de trabalho em 2005, incluindo empregados próprios e de empresas contratadas, ficou em 0,89 pessoa acidentada por milhão de horas/homem de exposição ao risco, representando redução de 11,9% em relação ao ano anterior. Esse valor representa apenas 9,3% em relação à taxa verificada em 1997 (9,58).

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Bimestralmente, a gerência consolida as informações do programa, formando uma visão do resultado como um todo e possibilitando a correção dos desvios e a definição de novas metas. Entretanto, pelo alto grau de risco do negócio, sua dinâmica não é acompanhada pelo orçamento. O tempo decorrido entre a solicitação de alteração do orçamento até a aprovação pelo Congresso Nacional é muito extenso, o que não é compatível com o dinamismo da empresa.

A PETROBRAS e os órgãos de licenciamento ambiental têm buscado persistentemente a melhoria do processo de licenciamento ambiental. Todavia, a despeito de alguns bons resultados advindos do esforço da empresa e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) na construção desse processo, ainda está longe a situação ideal, o que tem causado atrasos na execução de alguns projetos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em 2006, a PETROBRAS deverá atingir a produção média de 1,91 milhão de barris por dia (bpd), superando a demanda brasileira estimada entre 1,85 e 1,9 milhão de bpd.

Passo inicial do Plano de Negócios 2006-2010, que prevê investimentos de US\$ 28 bilhões em exploração e produção, é a auto-suficiência sustentada, que será obtida com a entrada em operação da P-50 e de mais 3 plataformas. Além dos projetos de produção de óleo, a companhia inicia em 2006 as atividades no campo de gás de Manati, na Bahia, com produção de 6 milhões de m³/d.

Continua em andamento a construção das plataformas P-52 e P-54 (180 mil bpd, cada), como parte de cronograma que prevê o início das operações em 2007, no campo de Roncador, na Bacia de Campos. Também estão previstos para 2007 a entrada em operação do Módulo II de Golfinho (100 mil bpd) e o RJS-409 no campo de Espadarte (100 mil bpd). Mais duas obras estão em execução: a P-51 e a P-53 (180 mil bpd, cada), com entrada em operação prevista para 2008, em Marlim Sul e Marlim Leste, respectivamente.

A PETROBRAS utiliza diversos mecanismos, em diferentes mídias, para registrar e atender às manifestações da sociedade, sejam elas problemas, reclamações, opiniões, dúvidas ou sugestões. Elas podem ser encaminhadas das seguintes maneiras:

- Fale Conosco, no site da PETROBRAS na Internet.
- Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), por telefone ou e-mail.
- Ouvidoria, que pode ser contactada por formulário eletrônico oferecido na internet, por telefone ou fax e, ainda, por correio ou e-mail. Além disso, a Ouvidoria dispõe de um espaço reservado para debates.
- Audiências Públicas, realizada nos processos de licenciamento ambiental.

RECOMENDAÇÕES

- Várias das ações do programa, devido à sua natureza rotineira e contínua (atividade) e da diversidade de atividades executadas, dificultam a determinação de um único produto, capaz de medir e avaliar o desempenho de todos os esforços empreendidos na ação, não sendo, assim, possível quantificar uma meta física.
- As ações 9779 e 9780 foram incluídas em 2004 sem o conhecimento do gerente do programa, não estando a execução a cargo da PETROBRAS. Não existe no sistema informação disponível sobre a finalidade, forma de execução ou mesmo quais os responsáveis pela sua execução. Além disso, o programa existe, em sua concepção original, sem essas ações, desde 2000 e vem apresentando excelentes resultados para o país.
- Inclusão das ações:
 1. Construção de Unidades Estacionárias de Produção (Período 2007-2013);
 2. Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Amazônia.
 3. Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Região Nordeste.
 4. Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia de Campos.
 5. Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia do Espírito Santo.
 6. Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia de Santos.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

OBJETIVO

Desenvolver tecnologia de processos, produtos e serviços para o segmento de petróleo e gás natural.

PÚBLICO-ALVO

Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), Universidades e Centros de Desenvolvimento de Tecnologia.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 679.018.676,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R\$ 570.152.045,00 Total: R\$ 570.152.045,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 85,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice tem se mantido acima da referência ao longo dos últimos anos, de forma sustentável, apresentando ligeiro crescimento no último ano.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os investimentos em tecnologia na área de petróleo são imprescindíveis para viabilizar a exploração, a produção, o refino, o transporte e a distribuição do petróleo nacional. Este petróleo, pesado e com características físico-químicas diferentes do que é encontrado em outras regiões do mundo, além de estar predominantemente localizado em jazidas em águas profundas, necessita de tecnologias específicas indisponíveis no mercado.

O aumento das exigências ambientais justifica os investimentos na melhoria da qualidade dos produtos e processos da indústria de petróleo, assim como a crescente importância do gás natural na matriz energética brasileira implica no desenvolvimento de tecnologias para a identificação de novas jazidas de gás natural e para a transformação, o transporte, o armazenamento e a distribuição do gás.

Busca-se, com isto, evitar os riscos de desabastecimento e de perda de autonomia, pelo aumento da dependência externa, tanto econômica como tecnológica, utilizando uma visão integrada e sistematizada da questão tecnológica no segmento de petróleo e gás natural.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Desenvolvimento de nova formulação da gasolina podium argentina, que permitiu a redução de emissões e custos de produção, mantendo-se, porém, os atributos diferenciadores do produto.
- Viabilização, a partir de um dispositivo de conversão, do uso em veículos, do gás natural de Urucu, em sua composição original e atendendo aos requisitos dos órgãos reguladores.
- Reaproveitamento da água produzida da Estação Coletora de Estreito (RN), que passou a ser empregada na irrigação de plantações de matéria-prima para a produção de biodiesel, viabilizado pelo Projeto-piloto de Tratamento de Água Produzida para Irrigação.
- Implantação da planta-protótipo no parque tecnológico em São Mateus do Sul (PR), que permitirá o desenvolvimento de componentes para reatores de hidrorrefino com benefícios estimados em US\$ 27 milhões anuais.
- Entrada em operação, com tecnologia e projeto desenvolvidos pelo Centro de Pesquisas da Petrobrás (CENPES), da planta semi-industrial de biodiesel de óleo de mamona no Núcleo Experimental de Energias Renováveis, em Guamaré (RN). Essa tecnologia já vem sendo testada, com sucesso, em uma planta-piloto em operação desde de setembro de 2005. O biodiesel produzido atende às especificações e foi testado, em veículo que apresentou bom desempenho, por cerca de 2.mil km.
- Desenvolvimento de tecnologia a ser utilizada na primeira unidade industrial de Craqueamento Catalítico Fluido (FCC) no mundo voltada para a maximização de insumos petroquímicos, a ser instalada no Rio de Janeiro.
- Desenvolvimento do Sistema de Programação de Navios (PRONAV) para apoio às programações marítimas de cabotagem, exportação e importação de petróleo e derivados. O sistema permite o acompanhamento de estoques em refinarias, plataformas e terminais, além da análise da fila de navios em portos marítimos.
- Entrada em operação da Unidade Combinatória para Teste de Catalisadores Fischer-Tropsch, primeira do mundo do seu tipo e fundamental para o domínio da tecnologia GTL (gas-to-liquids)
- Entrada em operação, na Refinaria de Paulínia/SP (REPLAN), da unidade-piloto de tratamento de efluentes por osmose inversa, que validará a tecnologia a ser utilizada na Unidade Industrial de Reuso de Efluentes, com capacidade de 300m³/hora. Esta unidade permitirá que a Refinaria aumente sua capacidade de processamento sem aumentar a captação de água, contribuindo para preservar este importante recurso natural. Já na Refinaria de Capuava (RECAP), em Mauá/SP, iniciou-se, em novembro, a montagem da unidade-protótipo de clarificação avançada, que validará a tecnologia a ser adotada no tratamento dos 100% dos efluentes finais da Refinaria para reuso na Petroquímica União.
- Execução, com grande sucesso, dos testes do primeiro protótipo do robô desenvolvido para monitorar o meio ambiente na região da Amazônia

nas condições locais, em outubro de 2005, mês em foram depositadas as primeiras patentes do sistema robótico.

- Conclusão da primeira versão de um simulador de processos geológicos, que apresenta, em relação aos pacotes de mercado, diversas inovações tecnológicas. O desenvolvimento se insere no processo de gestão do conhecimento da PETROBRAS, uma vez que permite a consolidação dos conhecimentos gerados ao longo dos mais de 50 anos de experiência em exploração de petróleo e, mais importante, a rápida e total aplicação daqueles conhecimentos em novas áreas exploratórias com baixo nível de conhecimento geológico.
- Realização de estudos que permitiram um melhor entendimento dos ambientes em que se depositaram os sedimentos que formaram as camadas de interesse exploratório da Bacia de Santos. O conhecimento de tais ambientes de deposição é fundamental no direcionamento do processo de exploração de petróleo, pois eles determinam certas características das rochas, que definem se elas são boas rochas reservatórios ou boas rochas geradoras, reduzindo o risco exploratório.
- Implantação de nova metodologia de caracterização de petróleos, que tem forte impacto na redução do risco exploratório. É muito eficiente para determinar a rocha a partir da qual foi gerado um determinado petróleo, informação fundamental para o processo exploratório, pois pode ser utilizada mesmo quando o petróleo apresenta algumas condições que impossibilitam a utilização de metodologias tradicionais.
- Realização de estudo das falhas geológicas presentes no Campo de Marlim Leste, um dos maiores campos de petróleo brasileiros, utilizando uma abordagem inovadora, resultando na construção de um modelo geológico mais realista para o campo e, conseqüentemente, na otimização do seu plano de desenvolvimento e dos seus resultados econômicos.
- Realização de estudos geológicos dos campos de Jubarte, Marlim Leste e Roncador, que permitem a otimização das malhas de poços de desenvolvimento da produção dos campos em foco e a melhoria dos seus resultados econômicos. Os estudos resultaram no aperfeiçoamento dos modelos geológicos daqueles campos, principalmente no que diz respeito à natureza e à distribuição das camadas sedimentares portadoras de petróleo, bem como das suas heterogeneidades internas.
- Incorporação de mais de 300 milhões de barris de novas reservas, a partir da utilização de metodologia química para a determinação da saturação final do Reservatório de Marlim, demonstrando grande potencial para agregar novas reservas nos demais campos.
- A área de produção tem hoje como um dos seus grandes desafios evitar o declínio e manter a produção dos seus campos gigantes offshore. Nesta área, os grandes destaques foram o equacionamento das incrustações nos poços que acarretavam grandes perdas, assim como a presença de H₂S no reservatório, que poderia comprometer todas as facilidades submarinas de superfície.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Não há restrições.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

OBJETIVO

Propiciar condições para que o processo de concessão e autorização de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica ocorra de acordo com as necessidades apontadas pelos estudos de planejamento setorial, buscando o desenvolvimento sustentável da economia e o atendimento com qualidade da demanda de energia elétrica.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores e agentes setoriais públicos e privados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 150.181.016,00	Empenho Liquidado: R\$ 107.576.752,00 Pago estatais: - Total: R\$ 107.576.752,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (NACIONAL)

Unidade de medida: Hora
Último índice apurado: 15,57 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 17,46

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006. Os índices apurados até o exercício de 2004 vêm apontando para a redução das frequências e da duração das interrupções dos serviços de energia elétrica, com maior expressão nas regiões sudeste e norte do país.

2. FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (NACIONAL)

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 12,02 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 14,89

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

3. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (NORTE)

Unidade de medida: Hora

Último índice apurado: 33,79 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 33,64

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

4. FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (NORTE)

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: 36,56 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 36,65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

5. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (NORDESTE)

Unidade de medida: Hora

Último índice apurado: 23,30 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 21,49

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

6. FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (NORDESTE)

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: 15,02 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 15,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

7. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (SUDESTE)

Unidade de medida: Hora

Último índice apurado: 9,54 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 11,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

8. FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (SUDESTE)

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: 6,95 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 8,05

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

9. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (CENTRO-OESTE)

Unidade de medida: Hora

Último índice apurado: 19,54 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 18,95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

10. FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (CENTRO-OESTE)

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: 17,06 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 21,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

11. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (SUL)

Unidade de medida: Hora

Último índice apurado: 16,67 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 19,88

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

12. FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA – FEC (SUL)

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 13,7 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 17,04

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

13. ÍNDICE ANEEL DE SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR (IASC)

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 58,88 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 71,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC) consiste em um indicador calculado a partir de dados obtidos em pesquisa presencial, realizada por instituto especializado, abrangendo cerca de 19.000 consumidores residenciais por todo o país, e processados em modelo estatístico. O modelo é composto por cinco variáveis: qualidade percebida, valor percebido, satisfação global, confiança no fornecedor e fidelidade. Para solucionar o modelo é utilizado o método PLS (Partial Least Squares, isto é, Mínimos Quadrados Parciais).

Para geração dos índices de satisfação dos consumidores por concessionária, utilizam-se as médias obtidas para cada uma das empresas nos indicadores de satisfação global, desconformidade global e distância para uma empresa ideal, ponderadas pelos pesos das mesmas, calculados no modelo PLS. Deve-se considerar ainda a amplitude da escala.

Para o cálculo do Índice Aneel de satisfação do consumidor de cada empresa, considera-se a posição relativa com referência à pontuação máxima possível de ser alcançada pela mesma.

O IASC compreende duas etapas: a coleta de dados e o cálculo do índice. A coleta de dados é realizada no segundo semestre de cada ano e o cálculo do índice e a divulgação dos resultados, no primeiro semestre do ano subsequente.

A pesquisa do ano de 2005 foi concluída em dezembro e encontra-se em fase de consolidação dos resultados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A importância estratégica do setor elétrico para o desenvolvimento nacional e as mudanças verificadas em seu arcabouço institucional e legal implicaram na necessidade de o Estado prover um ente responsável pelo desenvolvimento, manutenção e fiscalização de regras para a continuidade e a qualidade dos serviços públicos de energia elétrica em benefício da sociedade. Com aproximadamente 53 milhões de unidades consumidoras distribuídas no território nacional, realidades

locais distintas, servidas por 64 concessionárias de distribuição e interligadas por uma rede complexa de transmissão e geração, o setor elétrico exige o provimento de adequados requisitos de qualidade, tarifação, concessão, autorização e permissão, bem como de fiscalização preventiva e corretiva dos agentes do setor para oferecer um serviço adequado aos consumidores, com equilíbrio econômico e financeiro dos contratos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Definição das regras de comercialização de energia.
- Definição de metodologia para avaliação de perdas técnicas nos sistemas de distribuição.
- Estabelecimento de critérios para a avaliação dos programas de eficiência energética.
- Diretrizes para os Planos de Universalização do acesso aos serviços de energia elétrica 2005/2008.
- Monitoramento da geração e consumo de combustíveis em 100% do sistema isolado para análise da Conta de Combustíveis Fósseis.
- Monitoramento à distância de todas as usinas em operação.
- Reestruturação societária de 25 concessionárias, visando à desverticalização do Sistema Interligado Nacional.
- Realização de 851 mil atendimentos na Central da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
- Execução de 44 audiências públicas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Dos R\$ 115.890.000,00 aprovados na Lei Orçamentária Anual 2005 (LOA), foram autorizados R\$ 81.081.622,50 (69,96%), considerando o ajuste final do limite orçamentário. A execução orçamentária, ou seja, o valor empenhado, soma R\$ 74.804.980,89, e a execução financeira, R\$ 63.630.886, o que representa, respectivamente, 92,26% e 78,48% do limite desse programa ao final do exercício. Do total pago (R\$ 63.630.886,12) foram inscritos em restos a pagar R\$ 11.174.094,77. Verifica-se, portanto, que a execução financeira do programa corresponde a 85,06% do valor empenhado.

Em relação à concepção do programa, identifica-se que suas ações têm uma abrangência muito ampla, o que dificulta a convergência para um único produto, existe a necessidade de se estabelecerem outros indicadores que melhor retratem os resultados deste programa e a denominação do programa apresenta-se inadequada, pois seu título não reflete a essência e a abrangência do programa.

Além disso, alterações na legislação, definindo regras para o setor, têm implicado na revisão de normas e regulamentos que competem à ANEEL, bem como na alteração de procedimentos, como é o caso do enquadramento das cooperativas de distribuição de energia elétrica.

Em relação à sua implementação, dentre as principais causas de disfunções que comprometeram os resultados da Instituição no exercício de 2005, podem-se destacar duas vertentes relevantes:

- Disfunções estruturais, que afetam de forma geral as ações e o desempenho da Instituição:
 1. Limitação de orçamento.
 2. Escassez de recursos humanos, apesar da realização de concurso público.
 3. Inconsistências na metodologia de construção dos programas e metas.
- Disfunções específicas relativas a um programa ou ação específica, cujas dimensões são capazes de influenciar na gestão final da Agência:
 1. Alterações na legislação.
 2. Atrasos em processos licitatórios e contratações, em particular aquelas realizadas por meio de credenciamento das atividades de apoio ao processo de fiscalização.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O cronograma de liberação quadrimestral dificulta o planejamento e a realização de licitações, visto que o órgão fica impedido de adiantar seus procedimentos de contratação, pois dependerá da liberação dos limites do último quadrimestre para o prévio empenho, inviabilizando muitas ações e comprometendo a capacidade de execução da Instituição.

Outro problema é a obrigatoriedade de se empenharem integralmente às despesas de funcionamento no início do exercício. O fluxo de cronograma quadrimestral para os demais empenhos gera a paralisação das outras ações que se iniciam somente após a liberação do segundo quadrimestre a partir de meados do exercício, prejudicando a eficiência e a gestão da organização.

Outro aspecto é a participação de 64% da ação “Gestão e Administração do Programa” no total dos empenhos liquidados do programa. Esse montante está relacionado, principalmente, ao pagamento de todas as atividades relacionadas ao apoio administrativo do programa, conforme a orientação constante do Manual de Elaboração de Programas do Plano Plurianual 2004-2007, bem como do Manual Técnico de Orçamento (MTO - 2005), ambos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. De acordo com os mencionados documentos, as Unidades Orçamentárias que possuem sob sua responsabilidade a implementação de apenas um programa finalístico, vinculado à atividade-fim da unidade, como é o caso da ANEEL, deverão alocar as respectivas despesas administrativas na ação padronizada “Gestão e Administração do Programa”. Dessa forma, o programa da ANEEL trabalha sob a perspectiva do modelo preconizado para o PPA 2004-2007, no que se refere ao aprimoramento do processo de programação, “de modo que os programas e ações finalísticos reflitam, tanto quanto possível, seus custos reais, segundo o espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal”¹.

¹. Manual Técnico de Orçamento MTO-02: instruções para elaboração da proposta orçamentária da União para 2005. Orçamentos fiscal e da seguridade social. Brasília, 2004

RECOMENDAÇÕES

- Alteração do objetivo e da justificativa do programa.
- Redefinição dos indicadores de outorga de geração de linhas de transmissão e reabilitação do indicador de satisfação (IASC).
- Modificação dos atributos das ações 4699 – “Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica”, 4880 – “Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica”, 4703 – “Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica” e 2993 – “Ouvidoria da Agência Nacional de Energia Elétrica”.
- Inclusão das ações “Reforma do Edifício Sede da ANEEL” e “Participação Pública Voltada para a Transparência do Setor Elétrico”.

QUALIDADE DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL

OBJETIVO

Proteger os interesses dos consumidores, quanto a preço, qualidade e oferta de derivados de petróleo, gás natural e álcool combustível.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados do petróleo, gás natural e álcool combustível.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 49.125.108,00	Empenho Liquidado: R\$ 47.633.855,00 Pago estatais: - Total: R\$ 47.633.855,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. GRAU DE QUALIDADE DOS PRODUTOS NOS DIVERSOS AGENTES ECONÔMICOS DO ABASTECIMENTO

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 96,1 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice previsto para 2007 já foi alcançado desde 2004.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de cumprir o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que prevê a proteção dos interesses do consumidor, quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos derivados de petróleo, gás natural e álcool combustível. Compete à Agência Nacional de Petróleo (ANP) implementar, em sua esfera de atribuições, a política de petróleo e gás natural, contida na política energética nacional, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo em todo território nacional e no atendimento à Lei nº 9.478/97.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Intensificação das ações de fiscalização: o volume de combustíveis fora das especificações da ANP retirado do mercado em 2005 ultrapassou o do ano de 2004 em 119%. O monitoramento da qualidade dos combustíveis,

executado por universidades e centros de pesquisas contratados pela ANP, tomou abrangência nacional, cobrindo os 26 Estados e o Distrito Federal. Foram visitados 35.262 postos revendedores e realizadas análises físico-químicas em 149.696 amostras de combustíveis.

- Regulamentação da adição de corante ao Álcool Anidro Combustível, uma medida eficaz, de rápida implementação, baixo custo e fácil operação para coibir a sonegação de impostos (ICMS, PIS e COFINS), bem como a utilização de produtos fora de especificação, que ocasionam danos aos veículos e ao meio ambiente, além de acarretarem distorções ao mercado por problemas de concorrência desleal.
- Atendimento a 68.091 manifestações pelo Centro de Relações com o Consumidor (CRC), o que representa um aumento de 11,8 % em relação a 2004.

O Centro de Relações com o Consumidor (CRC) funciona como Ouvidoria da Agência e encaminha dúvidas, reclamações e denúncias às áreas competentes para a tomada de providências, que podem resultar em ações de monitoramento e fiscalização dos agentes econômicos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A ANP está desenvolvendo sistemática de acompanhamento mensal das metas físicas, bem como a agregação de informações relativas a indicadores de desempenho e outras metas físicas, além das metas constantes do Plano Plurianual (PPA).

A atividade de fiscalização continuou prejudicada pelo número reduzido de servidores disponíveis, sobretudo de fiscais, que passaram de 53 para 49. Por outro lado, restrições de ordem orçamentária dificultaram a implementação de tecnologias mais avançadas e melhorias nas condições materiais de trabalho. Apesar do número de fiscalizações ter sido inferior ao de 2004, graças ao direcionamento das operações, a incidência de ações, autuações e interdições dobrou nos mercados problemáticos como os de São Paulo e do Rio de Janeiro. Conseqüentemente, a média dos índices de não-conformidade continuou regredindo em todo o Brasil.

As atividades de Treinamento & Desenvolvimento compõem as metas físicas do Plano Plurianual de Recursos Humanos 2004/2007 da Agência e, no exercício de 2005, a meta deixou de ser inteiramente concluída, em razão da demora na conclusão do processo seletivo para novos servidores aprovados no Concurso Público 2004/2005. Esse atraso refletiu um número menor do que o esperado de servidores a serem capacitados em 2005.

A execução orçamentária, de 97%, tomada isoladamente foi bastante alta, mas não reflete as dificuldades ocasionadas pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira. O Decreto e suas alterações posteriores significaram um contingenciamento elevado no início do exercício, que só foi atenuado já nos últimos dias de 2005. Essa limitação combinada à não-obtenção de créditos extraordinários para essas ações dificulta a melhoria dos processos e a incorporação de novas tecnologias ao processo de combate às práticas ilícitas e desleais, lesivas aos cofres públicos e aos consumidores de derivados de petróleo e biocombustíveis.

Embora em 2005 a ANP tenha ocupado um novo escritório nas cidades de São Paulo e Salvador, mais adequados às suas atividades, para aumentar a eficiência da fiscalização, faz-se necessária a abertura de novos escritórios nos Estados, de forma a aumentar o suporte as ações de repressão das práticas ilícitas no âmbito da distribuição e revenda de combustíveis.

O ano de 2005 foi marcado por uma redução significativa de força de trabalho nas áreas finalísticas da ANP. Embora tenha sido realizado concurso público, a demora na conclusão do certame fez com que somente a partir de novembro a ANP pudesse contar com nova força de trabalho, o que não contribuiu significativamente para as atividades de 2005, tendo em vista principalmente o tempo necessário para a adaptação dos novos servidores às suas funções na Agência.

Os principais mecanismos de participação social do programa são as consultas e audiências públicas realizadas sempre que há iniciativas de Projetos de Lei ou de alterações de normas administrativas que afetem os direitos ou imponham obrigações aos agentes econômicos ou consumidores. Em 2005, foram realizadas 16 consultas e audiências públicas. O Centro de Relações com o Consumidor (CRC), como mencionado anteriormente, funciona como ouvidoria da Agência e encaminha dúvidas, reclamações e denúncias às áreas competentes para a tomada de providências, que podem resultar em ações de monitoramento e fiscalização dos agentes econômicos. O CRC possui um acompanhamento da qualidade de seu atendimento, por meio de pesquisa de satisfação dos consumidores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

REFINO DE PETRÓLEO

OBJETIVO

Ampliar e modernizar o parque nacional de refino, de forma a disponibilizar derivados de petróleo de acordo com a demanda e qualidade requerida pelo mercado, com o mínimo risco ambiental, maximizando o uso de matéria-prima nacional.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados do petróleo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 2.594.405.081,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R\$ 2.434.743.579,00 Total: R\$ 2.434.743.579,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. CAPACIDADE DE REFINO INSTALADA

Unidade de medida: Milhão de barris de petróleo por dia

Último índice apurado: 1,83 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 1,95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Os indicadores medidos e o andamento dos projetos indicam o atingimento das metas. O índice está relativamente estabilizado devido à ênfase dos empreendimentos no aumento da capacidade de processamento de petróleo nacional e da confiabilidade das instalações.

2. CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO ANUAL TOTAL

Unidade de medida: Milhão de barris de petróleo por dia

Último índice apurado: 1,73 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 1,85

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A evolução do indicador apresentou-se adequada, com tendência de atingimento da meta.

3. CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO NACIONAL

Unidade de medida: Milhão de barris de petróleo por dia

Último índice apurado: 1,38 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 1,58

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A evolução do indicador apresentou-se adequada, com tendência de atingimento da meta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O aumento da demanda por derivados de petróleo em quantidade e qualidade exige a adoção de ações visando a garantir sua oferta. A ampliação da capacidade de refino nacional e a modernização das refinarias existentes representam oportunidade de desenvolvimento para o país e de ganhos para a balança comercial brasileira. Simultaneamente, os resultados empresariais positivos permitirão a sustentação do processo de desenvolvimento do parque industrial, com seu conseqüente desdobramento na forma de incremento ao mercado de fornecimento de bens e serviços no país e a evolução dos padrões de qualidade de combustíveis para patamares compatíveis com uma visão ecologicamente correta.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Em 2005, a carteira de investimentos da área de refino priorizou a adequação do diesel e da gasolina às necessidades de redução de emissões poluentes.
- Também constitui prioridade a construção de unidades de fundo de barril para o melhor aproveitamento do petróleo nacional, caracterizado pelo seu baixo grau API (petróleo pesado).

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento de metas físicas ficou dentro do previsto em 2005, embora as empresas nacionais tenham apresentado algumas dificuldades para atendimento às demandas, em termos de qualidade e quantidade, decorrentes dos projetos. Tais problemas vêm sendo enfrentados nos projetos estruturados, notadamente os derivados do Programa de Mobilização da Indústria Nacional do Petróleo PROMINP.

O atendimento via mercado externo ainda precisa ser considerado para alguns itens.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O desempenho é medido mensalmente pelo avanço físico dos projetos. Está em estudo a padronização dos critérios de avanço a partir do uso sistemático do Sistema Integrado de Gestão (SAP-R3).

O programa promove a participação social por meio de ouvidoria, de audiências públicas nos processos de licenciamento ambiental e de reuniões com grupos de interesse. Um exemplo claro desse último mecanismo é o PROMINP, à medida que

promove o envolvimento da sociedade no desenvolvimento dos projetos, inclusive com a participação de entidades de classe, como sindicatos, associações patronais, fundações e prefeituras.

RECOMENDAÇÕES

- A estruturação do programa pode ser considerada um dos seus pontos fortes, facilitando seu acompanhamento e implementação. Eventualmente poderia ser estudada a fusão das atividades de Manutenção da Infra-estrutura e Manutenção da Infra-estrutura de Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional.
- Inclusão das seguintes ações:
 1. Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Unidade de Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR/CE).
 2. Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Isaac Sabbá (REMAN/AM).
 3. Implantação da Refinaria do Nordeste.
 4. Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba –(REVAP) - Investimentos em Parceria.

TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

OBJETIVO

Prover infra-estrutura de armazenamento e transporte dutoviário de petróleo e derivados, adequada ao incremento da demanda e às novas exigências ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de petróleo e derivados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 607.826.395,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R\$ 549.782.102,00 Total: R\$ 549.782.102,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. CAPACIDADE DA REDE DE DUTOS PARA O TRANSPORTE DE ÓLEO E DERIVADOS

Unidade de medida: milhão de m³. km

Último índice apurado: 47.581 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 47.581

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice previsto ao final do PPA, já foi alcançado em 2005.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO TRANSPORTE DUTOVIÁRIO NO TRANSPORTE DE PETRÓLEO E DERIVADOS

Unidade de medida: %

Último índice apurado: 18 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

-

CONTEXTUALIZAÇÃO

O crescimento da produção de petróleo e derivados previsto para os próximos anos deve ser associado à disponibilização de uma infra-estrutura de armazenamento e de transporte dutoviário dimensionada para atender aos volumes previstos e aos novos padrões de qualidade, de segurança e de proteção ao meio ambiente.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implantação de melhorias no Terminal de São Sebastião, responsável por cerca de 50% da movimentação de petróleo processado no país, tais como: troca das defensas (concluída); substituição das linhas internas, das quais 80% encontram-se implementadas, com previsão de entrada em operação em 2006; e substituição dos braços de carregamento e das bombas de transferência de petróleo, um dos principais projetos na área de dutos e terminais, pois permitirá que as operações sejam realizadas com mais segurança e aumentará a capacidade de escoamento do petróleo.
- Ampliação da capacidade do sistema de escoamento de petróleo e derivados na Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), para 30.000 m³/dia e na Refinaria de Paulínia (REPLAN), para 63.000 m³/dia, por meio de projetos iniciados em 2005.
- Na área de segurança operacional, em 2005 foi iniciado o projeto de reformulação da malha dutoviária da grande São Paulo, com o objetivo de substituir a atual malha por outra externa à região metropolitana, a fim de reduzir os riscos apresentados com a grande concentração urbana nas faixas dos atuais dutos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Em relação à implementação do programa, a demora na definição de algumas ações internas, prejudicou o processo licitatório, postergando o início da operação. Além disso, a lentidão no processo de licenciamento ambiental, atrasou o cronograma da obra e o início da operação. Assim, alguns projetos como: o “Terminal de Pecém” e a “Ampliação do Escoamento do Terminal de Niterói” tiveram seus cronogramas atrasados, em virtude de demora na obtenção de licenças ambientais, decisões administrativas, finalização de licitações, definições de projeto básico e conceitual, entre outros.

O acompanhamento, realizado mensalmente por meio de sistemas informatizados, demonstrou que as ações 4107 e 4451, classificadas como atividades, são de difícil acompanhamento físico global, em virtude das inúmeras subações em que se subdividem.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Inclusão das seguintes ações:
 1. “Construção de Pátio e Píer para Coque e Derivados de Petróleo no Porto de Paranaguá”.
 2. “Ampliação de Faixas de Dutos e Construção de Novo Duto de GLP no Rio de Janeiro”.
 3. “Construção de Duto de Propeno, Esferas de GLP e Instalações no Pier de Paranaguá (Projeto Suzano)”.
 4. “Construção de Estação de Tratamento de Petróleo em Angra dos Reis (RJ)”.

5. “Construção de Tanques de Produtos Especiais (Gasolina de Aviação, Lubrificantes e Aditivo AB-9) no Terminal de Alemoa”.
6. “Construção de Duto entre São Sebastião e Guararema (OSVAT 2 - Petróleo) e de um Píer em São Sebastião”.

TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

OBJETIVO

Reduzir a dependência do afretamento de embarcações estrangeiras para o transporte de petróleo e derivados, adequando a frota existente a novas exigências de mercado e ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de petróleo e derivados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 18.651.989,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R\$ 493.839,00 Total: R\$ 493.839,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA FROTA DE NAVIOS PRÓPRIOS DA PETROBRAS NO TRANSPORTE DE PETRÓLEO E DERIVADOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 46 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 46

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice previsto ao final do Plano Plurianual (PPA) foi alcançado em 2005. Contudo, considerando a idade média elevada apresentada pela frota de petroleiros de bandeira brasileira, está prevista a incorporação de 2 navios em 2006 e 1 em 2007 à frota da Petróleo Brasileiro S.A./ PETROBRAS Transporte S.A. (PETROBRAS/TRANSPETRO), afretados a casco nu.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A frota de petroleiros de bandeira brasileira encontra-se com idade média elevada, caminhando rapidamente para o esgotamento de sua vida útil, e há forte possibilidade de encurtamento da vida útil de parte significativa dessa frota, em função de novas exigências legais em tramitação, com padrões mais estritos de segurança e proteção ao meio ambiente. A redução de disponibilidade da frota acarreta imediato comprometimento do balanço de pagamentos. Além disso, a renovação planejada e gradual da frota permitirá a otimização da utilização dos estaleiros nacionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Pré-qualificação e lançamento do edital de licitação para a primeira fase da construção de 26 navios até 2010, ação que marcará o renascimento da indústria naval de grandes embarcações no Brasil e criará, nessa fase, 20 mil postos de trabalho.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A ação 1061 – “Modernização e Adequação de Navios” previa a modificação do navio Jurupema para operar como FSO (Floating, Storage and Offloading), que não foi implantado em função da reavaliação do campo de produção de óleo pela PETROBRAS.

A ação 11UH – “Aquisição de Embarcações de Apoio Offshore em Estaleiros Nacionais” foi adiada por necessidade de um maior detalhamento nos estudos de mercado e de viabilidade econômica.

A ação 1063 – “Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais” sofreu atraso no lançamento da licitação para a construção de 26 navios até 2010.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.